



CPLP REVISTA

CIMEIRA DE MAPUTO

Aposta na Segurança Alimentar e Nutricional

CPLP NAS ESCOLAS

Educação para o Desenvolvimento e Cidadania

PALÁCIO CONDE DE PENAFIEL

Comunidade inaugura Sede

Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

❖ 17 de Julho 1996, em Lisboa (Portugal). Foi acordada a criação da CPLP pelos representantes dos sete Estados-membros fundadores: Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

I



❖ 16 a 17 de Julho de 1998, Cidade da Praia, Cabo Verde. A Cimeira, centrada nas questões da Educação, aprova a cooperação entre as instituições de Ensino Superior na espaço da comunidade e, entre outras medidas, o Acordo Geral de Cooperação da CPLP

II

❖ 17 e 18 de Julho 2000, em Maputo, Moçambique. O seu lema é “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”. O líder da Resistência timorense, Xanana Gusmão, assiste como Observador Convidado.

III



IV

❖ 31 de Julho a 1 de Agosto de 2002, em Brasília, Brasil. No plano político, é a cimeira da Paz: pela primeira vez não há mais guerra no espaço da CPLP e Timor-Leste, independente, junta-se aos sete fundadores como oitavo Estado-membro da Comunidade. É aprovado o programa conjunto de luta contra a SIDA.

❖ 26 a 27 de Julho 2004, em São Tomé, São Tomé e Príncipe. O seu lema é a Sociedade da Informação, declarando-se o “interesse em promover um exercício renovado da democracia por meio das tecnologias de informação e das comunicações, criando novos canais de diálogo entre a sociedade e o Estado e ampliando e aprimorando a prestação de serviços públicos por via electrónica”.

V



VI

❖ 16 a 17 de Julho de 2006, em Bissau, Guiné-Bissau. A comunidade adoptou formalmente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, identificando a partir desta data

projectos e programas, constantes do **Plano Indicativo da Cooperação** (plurianual), para a erradicação da fome e pobreza, bem como a promoção da igualdade de género, redução da mortalidade infantil, melhoria do acesso a saúde, entre outras medidas.

VII



❖ 25 de Julho de 2008, CPLP, em Lisboa, Portugal. O tema da cimeira, “A Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global”, permitiu a adopção de uma Declaração sobre a Língua Portuguesa, que consagra o compromisso de uma actuação conjunta com vista a uma efectiva universalização da Língua Portuguesa, através de medidas concretas e exequíveis.

VIII



❖ 23 de Julho de 2010, Luanda, Angola. Sob o tema “Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP”, consolidou-se a importância da defesa e promoção da Língua Portuguesa e o crescente desenvolvimento das relações entre os Estados-membros, traduzido na potencial cooperação económica, técnico-científica, cultural, comercial, de circulação de pessoas e investimentos.



26
Jogos CPLP

28
CPLP nas Escolas



41
Ministros da
Ciência querem
mais mobilidade

49
Cerimónias de
Inauguração da
Sede



06
CPLP aposta
na Segurança
Alimentar e
Nutricional



09
Rio+20: Pelo
Desenvolvimento
Sustentável

11
Ministros do
Comércio reúnem
pela primeira vez



13
CPLP partilha
conhecimentos
para
sustentabilidade
dos recursos do
Mar e terra



FICHA TÉCNICA

Propriedade: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Palácio Conde de Penafiel, Rua de S. Mamede, nº 21,1100 - 533 lisboa Portugal • Tel.: + 351 21 392 85 60

Correio electrónico: imprensa@cplp.org

Coordenação e Redacção: Assessoria de Imprensa | **Design:** Luís Covas | **Paginação e Impressão:** IDG – Imagem Digital Gráfica | **Tiragem:** 2.500 exemplares | **ISSN:** ISSN 2182-2620 | **Depósito Legal:** 346486/12

A “CPLP Revista” é um projecto do Secretariado Executivo da CPLP com a pretensão de garantir a consolidação da acção contínua de Comunicação para o fortalecimento do entendimento mútuo entre a organização e as populações que a constituem, anunciando as acções que concretiza na persecução dos objectivos estatutários. A “CPLP Revista” surge em substituição do boletim “Notícias CPLP”, publicado desde 2007, tendo sido lançado a edição nº 0 em Julho de 2011, em Luanda, à margem do XVI Conselho de Ministros.



A CPLP é única

Sob o desígnio de uma estratégia comum e a definição de metas concretas para a segurança alimentar e nutricional, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) convoca todos os seus órgãos, à reunião estatutária bienal, que, pela segunda vez se reúne na pérola do Índico.



Durante cerca de uma semana, entre 13 e 20 de Julho, Maputo volta a ser ponto de convergência de todas as atenções por parte de decisores políticos, mas também (esperamos), da sociedade civil e de cidadãos de língua portuguesa. A meio da semana, a 17, teremos a celebração dos dezasseis anos da organização, e no fim, a 20, uma nova Presidência e um novo Secretário-executivo.

É este pulsar de marcos e eventos que, ao saudar a chegada a público do número 1 da nossa “Revista CPLP”, após a edição inaugural, todo o percurso e toda a extensa lista de questões e inquietações, mas também de entusiasmo e expectativas, me proponho abordar.

Da CPLP, há que reconhecer que a partida foi de facto comedida, talvez baliçada entre o impulso da promoção de traços de identidade e cultura comuns

e o entendido pragmatismo que assinalava como barreiras intransponíveis a descontinuidade geográfica e as distâncias entre os Estados, as vontades de afirmação das respectivas soberanias e as correspondentes prioridades

A crescente visibilidade e protagonismo vão requerer no futuro próximo, já a partir de Maputo, que a CPLP concretize ainda mais

de integração nos espaços políticos e económicos regionais. Cada um destes fatores é expressão de realidades objetivas mas a pecar no seu menosprezo aos contrapesos e ao número bastante mais alargado de vantagens que hoje temos de proclamar como potencialidades e oportunidades. Os descrentes apressaram-se, na altura, a definir os horizontes da organização como limitados ao contexto da língua comum e da cultura, sendo mesmo estes, contrários à afirmação e desenvolvimento das línguas locais e da diversidade baseada no pluralismo.

Mas o tempo, mestre da vida, foi materializando o destino e, por asserções que se disputaram no contraditório, por valores que se justapuseram e pelas vontades que se multiplicaram, a organização seguiu se afirmando. Descobrimos e seguimos aprendendo, que a CPLP é única enquanto organização: difícil ou talvez mesmo impossível de se comparar a qualquer outra porquanto assen-

te na premissa da afirmação soberana de cada um dos Estados membros em igualdade de circunstâncias; que recusa consciente e voluntariamente qualquer “metrópole que irradie às periferias” ou uma “locomotiva que carregue os vagões”; que não concorre com as organizações regionais dos seus respetivos Estados membros, mas vê nestes janelas de oportunidades para a integração e desenvolvimento de espaços globais e inclusivos; cujo âmbito de intervenção se vai definindo e alargando em função da construção democrática dos seus Estados e do amadurecimento das respetivas sociedades civis.

Esta conceptualização flexibiliza, sem sombra de dúvidas, a estrutura e os propósitos da CPLP, mas impõe um exercício permanente de avaliação dos feitos, a identificação dos desafios e a perspetivação do futuro, sendo no es-

mes democráticos e a construção de estados plurais onde reine a liberdade individual e coletiva dos cidadãos são os maiores desafios - perseguidos por via da assistência direta, disseminação das melhores práticas, maior interação com as organizações regionais e cooperação com os espaços globais como as Nações Unidas.

Esta crescente visibilidade e protagonismo irão requerer no futuro próximo, já a partir de Maputo, que a CPLP concretize ainda mais nos seus propósitos para assumir indicadores objetivos da construção democrática, do combate à fome e pobreza extrema e da erradicação do analfabetismo.

Para esse efeito, o caminho já percorrido e que tem permitido o surgimento de políticas comuns, deverá agora favorecer que estas encontrem reflexo e

Chanceler Patriota, reuniões setoriais, os caminhos para a afirmação do português, a Guiné-Bissau e outros desafios da CPLP na visão dos Embaixadores, os 10 anos de Timor Leste na CPLP, os VIII Jogos desportivos e notícias várias deste pulsar próprio de organismos vivos e emergentes.

Uma palavra de agradecimento aos Estados, respetivas administrações e povos. Tive o privilégio de visitar a todos, alguns repetidamente, e de beneficiar do carinho e da benevolência de cada um, pelo que deixo o meu respeito, elevada estima e consideração. Servi sob as presidências de Portugal e Angola, daí uma interação maior e, por isso, um agradecimento particular. Aprendi a sofrer e a exaltar com as más e boas notícias de cada um e certamente vivi com particular intensidade as derivas ainda persistentes do meu país natal. Mas, en-

O caminho já percorrido, que tem permitido o surgimento de políticas comuns, deverá agora favorecer o reflexo nas orientações públicas dos próprios Estados membros

sencial o que se deve esperar em mais esta ocasião.

No que me toca, após quatro anos à frente da estrutura executiva da organização, o Secretariado Executivo, o balanço em notas sintéticas se resume no sentimento de uma maior proximidade da organização às comunidades, tentando traduzir pela língua comum e culturas diversas as manifestações de pertença a algo comum, partilhado e de ampla extensão. Uma cooperação técnica que sendo abrangente ao ponto de abarcar o essencial das áreas de políticas públicas dos Estados membros, não deixou de visar o específico para dispor de uma visão estratégica e planos de ação em áreas como a saúde, a igualdade social, o trabalho, o emprego e a alimentação. Mas, regi-

afirmação efetiva nas orientações públicas dos próprios Estados. A título de exemplo e ilustração, o Plano Estratégico de Cooperação para a Saúde deve passar a corresponder a políticas públicas de Saúde definidas por cada Estado membro a nível nacional e para o seu espaço regional de integração. Cumprido esse desiderato, faltará multiplicá-lo por todas as áreas e sectores de interesse comum: a Cidadania, a Segurança, a Juventude, a Igualdade, a Formação e o Emprego, as Forças Armadas, entre outros domínios... “entramos para o elevador, agora é subir ... ou então descer”.

Este número da revista tenta acompanhar todos esses momentos da organização, com uma lembrança das Cimeiras anteriores, Rio+20 na avaliação do

caro o futuro com otimismo, confiança e determinação – para Os acolher um dia em Bissau, ou em Farim...

Estar a despedir-me no número 1 da CPLP Revista é bem sinal de um até sempre pelo que, um bem-haja a todos, no Secretariado e nos Estados e muita sorte ao meu sucessor. ●

Domingos Simões Pereira
Secretário Executivo da CPLP



Segurança Alimentar e Nutricional é Estratégica



A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi apresentada na 37ª Sessão do CFS (*Committee On World Food Security*), de 17 a 22 de Outubro de 2011, na sede da FAO, em Roma.



SABER MAIS

Portal Segurança Alimentar
www.cplp.org/segalimentar

O Secretário Executivo (SE) da CPLP, Domingos Simões Pereira, acompanhado na sua deslocação pelo Diretor de Cooperação, Manuel Clarote Lapão, reuniu com o Diretor-Geral eleito da FAO, José Graziano da Silva, no dia 17 de Outubro, na FAO. Nesta reunião, estiveram também Representantes dos Esta-

dos-membros da CPLP presentes à 37ª Sessão do CFS. O Secretário Executivo da CPLP abordou o tema da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN – CPLP) e identificaram-se as formas possíveis de enquadrar, no âmbito do memorando de entendimento celebrado pelas duas organizações, em 1999, o possível apoio da

FAO na implementação da ESAN- CPLP junto dos Estados-membros da Comunidade.

Logo após a reunião com José Graziano da Silva, os representantes dos Estados-membros da CPLP à 37ª Sessão do CFS reuniram-se para debater as modalidades de apresentação da ESAN CPLP ao

CFS e seu endosso pelos respectivos ministros em plenário.

Na 37ª Sessão do Comité Mundial de Segurança Alimentar, no dia 18 de Outubro, o Secretário de Estado da Agricultura de Angola, José Amaro Tati, em representação da presidência pro tempore da CPLP, e o Secretário Executivo da CPLP apresentaram a ESAN CPLP no ponto dedicado às iniciativas globais e regionais.

Tendo em conta a mais alta prioridade atribuída pelos Estados-membros da CPLP à coordenação de esforços e à cooperação para a erradicação da fome e da pobreza nos seus territórios e tendo, também, em atenção um conjunto de compromissos regionais e internacionais assumidos pelos mesmos, a Comunidade aprovou no dia 13 de Outubro, em Reunião do Comité de Concertação Permanente, uma Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta estratégia é compatível com um conjunto de acordos e de instrumentos, nomeadamente, os compromissos dos Estados-membros: estratégias nacionais de segurança alimentar e nutricional; os Cinco Princípios de Roma (2009); as

O MINISTRO POLACO DA AGRICULTURA, MAREK SAWICKI, ENALTECE A POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO DA ESAN CPLP PARA O CUMPRIMENTO DO DIREITO A ALIMENTOS

Directrizes Voluntárias para a Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada; prioridades definidas por programas e políticas regionais de agricultura e segurança alimentar, como CAADP, ECOWAP, AIFS- ASEAN e MERCOSUR.

A estratégia é, ainda, coerente e complementar com políticas e programas de intervenção conjunta dos Estados-membros da CPLP nos seus respecti-

vos espaços regionais de integração económica, nomeadamente, na SADC (Moçambique e Angola), CEDEAO (Guiné-Bissau e Cabo Verde), Comunidade Económica dos Estados da África Central (São Tomé e Príncipe e Angola), MERCOSUL (Brasil), União Europeia (Portugal) e ASEAN (Timor-Leste) podendo contribuir, assim, à sua escala, para um novo quadro estratégico global de luta contra a fome.

A UNIÃO EUROPEIA ENDOSSOU ESAN-CPLP

Na sua intervenção, o ministro polaco da Agricultura, Marek Sawicki, enaltece a potencial contribuição da ESAN CPLP para o cumprimento do direito a alimentos adequados e para o fortalecimento e construção dos sistemas regionais de segurança alimentar e nutricional. •

A NOSSA VISÃO

Uma Comunidade de países com um capital humano saudável e activo, livre da fome e da pobreza, num quadro de realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e respeito pela soberania nacional.

O NOSSO OBJECTIVO GLOBAL

Com base no Direito Humano à Alimentação Adequada, contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os Estados membros e da maior governança das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional.

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE COORDENAÇÃO E INTERVENÇÃO

Três grandes áreas de intervenção comuns foram acordadas, com variados planos de acção:

- 1 Fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional.**
Estruturas de governança coordenadas a nível nacional e regional com a participação dos atores relevantes, deverão apoiar a implementação e fornecer contributos para a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP;
- 2 Promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis.**
Os estados-membros darão prioridade e apoio imediato aos grupos mais vulneráveis, comunidades rurais, particularmente mulheres, crianças e jovens;
- 3 Aumento da disponibilidade de alimentos com base nos pequenos produtores.**
Promoção de maior investimento na agricultura e acesso seguro aos recursos naturais focando os pequenos agricultores. Incluirá a identificação, sistematização e melhoria da tecnologias sociais adaptadas. Este eixo de acção visa contribuir para ampliar as dietas locais, reduzir a vulnerabilidade e promover o desenvolvimento territorial.





RIO+20
Conferência das Nações Unidas
sobre Desenvolvimento Sustentável

CPLP com posição comum na Rio+20

Os Ministros do Ambiente, os Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar e os Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP aprovaram o reforço da concertação entre si, como contributo para o futuro do processo de desenvolvimento sustentável na CPLP, exercício do qual resultou uma posição comum da CPLP para a Rio+20, sustentada pelos Estados membros e pelo Secretário Executivo nas suas intervenções.

O Secretário Executivo (SE) da CPLP, Domingos Simões Pereira, participou na Mesa-redonda de Alto-nível dedicada à implementação dos resultados da Conferência Rio+20, sob o título *“Looking at the way forward in implementing the expected outcomes of the Conference”*. Este evento decorreu no dia 22 de Junho, estando inserido na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Domingos Simões Pereira foi acompanhado pelo Director de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão.

Na sua alocução, o SE CPLP sublinhou a “necessidade de reforço da coerência e das ligações entre as dimensões ambiental, económica e social do desenvolvimento sustentável, renovando o compromisso político com essa dimensão e procurando refletir sobre uma visão ambiciosa para um padrão diferenciado de desenvolvimento, a nível global, como contributo para a realiza-

ção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”. Iguamente, ficou fixado o imperativo comum de definição de diretrizes que permitam uma transição global para uma economia verde inclusiva, que promova a conservação do ambiente, contribua para a erradicação da pobreza e estimule uma economia de baixo carbono através do uso eficiente dos recursos naturais.

A CPLP assumiu, também, o consenso na recomendação de que sejam adotados objetivos e metas inspiradoras e mobilizadoras em domínios críticos do Desenvolvimento Sustentável e na proposta de optimização das sinergias entre as três convenções do Rio (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica).

Foram, ainda, realçadas a defesa do reforço da componente ambiental na agenda do Comité Mundial de Segurança Alimentar e a necessidade de destacar a importância da agricultura sustentável como forma de garantir a segurança alimentar e nutricional na CPLP - reconhecendo a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) como instrumento de reforço de coordenação e de uma melhor governação das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional.

No âmbito de “O Papel da Agricultura Familiar na Construção do Desenvolvimento com Sustentabilidade”, Domingos Simões Pereira fez uma intervenção na Mesa-redonda de Alto-nível dedicada subordinada às “Estratégias de ação Mundial para o fortalecimento no âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar”.

No âmbito da ESAN-CPLP, aprovada em Outubro 2011, o Secretariado Executivo da CPLP apoiou, juntamente com a FAO, a Cooperação Suiça e a ACTUAR, uma acção de reforço da participação da Sociedade Civil nas estruturas de governação, coordenação intersectorial para a segurança alimentar e de reforço da agricultura familiar, enquadradas nos eixos 1 e 3, respectivamente, da ESAN-CPLP, na qual se inseriu este evento paralelo.

Na conferência Rio+20, a CPLP apoiou ainda o evento paralelo subordinado ao tema “Contribuições das Federações de Pequenos Agricultores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, a 18 de Junho, com o objectivo a se proceder à apresentação das federações de pequenos agricultores da CPLP, com recomendações à Rio+20, à discussão da agenda internacional comum dos pequenos agricultores e ao aprofundamento do diálogo com troca de experiências em direcção a 2014: Ano Internacional da Agricultura Familiar. ●



RIO+20: PROTEGER O MEIO AMBIENTE NÃO É O BASTANTE



Um enfoque tridimensional para o desenvolvimento faz-se agora necessário, combinando preocupações sociais, econômicas e ambientais

Rio+20 é um marco para o futuro. Com a presença de mais de 190 países no Rio, testemunhamos um momento histórico. A recente crise global mostrou que velhos conceitos sobre o desenvolvimento estão equivocados. É chegada a hora de repensar os fundamentos do que consideramos o desenvolvimento, o bem-estar e a riqueza.

Nas últimas quatro décadas, o mundo vem cada vez mais percebendo que nossos recursos naturais estão seriamente ameaçados. A crescente conscientização da necessidade de assegurar a sustentabilidade fez com que uma geração inteira passasse a considerar os requisitos do desenvolvimento sustentável em suas decisões de consumo e produção. Essa é uma grande conquista. A Rio 92 foi um grande passo adiante. Importantes textos legais sobre temas fundamentais foram adotados. Essas convenções asseguraram um avanço significativo que devemos manter e ampliar.

Agora nos deparamos com um desafio complexo. Proteger o meio ambiente não é o bastante. Precisamos encorajar os tomadores de decisão, públicos e privados, a incorporar preocupações am-

bientais e sociais em seus planejamentos econômicos e em suas estratégias de crescimento. Isso exigirá uma nova forma de pensar de governantes, especialistas, empresários, gerentes de projetos e muitos outros agentes públicos e privados, a fim de planejar e implementar iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

De agora em diante, é crucial que se adote um enfoque tridimensional de desenvolvimento, que combine preocupações sociais, econômicas e ambientais. A Rio+20 envida esforços para tornar-se o marco de lançamento desse novo modelo. Esta é a razão por que um dos principais temas da Rio+20 é a construção de consenso em torno da necessidade de se alcançar "metas de desenvolvimento sustentável". Elas oferecerão um mapa para a cooperação internacional na área de desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Futuras estratégias de governos, de empresários ou da sociedade civil devem oferecer um enfoque equilibrado e que abranja os três pilares do desenvolvimento sustentável.

Para atingir esse resultado, o Brasil decidiu adotar novos métodos. Introduziu ferramentas inovadoras para encontros multilaterais, aproximando governos nacionais e sociedade civil. Os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa brasileira adotada com entusiasmo pela ONU, abriram meios de comunicação direta entre os grupos interessados e a sociedade civil a respeito de aspectos importantes do processo de tomada de decisão. Por meio de uma plataforma eletrônica, mais de um milhão de votos foram registrados, expressando opiniões sobre 10 aspectos relacionados à Con-

ferência. Os temas abrangeram desde energia e água até cidades sustentáveis e segurança alimentar. Durante quatro dias no Rio, reunidos no local da Conferência, especialistas, empresários, ativistas e jornalistas engajaram-se em debates e refinaram as propostas que foram entregues aos Chefes de Estado e de Governo. Os "Diálogos do Rio" tiveram êxito tão marcante que a ONU está considerando tornar essa iniciativa uma prática padrão para reuniões futuras.

Outro objetivo da Rio+20 é o fortalecimento do arcabouço da ONU para o desenvolvimento sustentável, de forma a aumentar sua eficiência e coerência nos diversos temas.

A Rio+20 lançou um debate importante sobre a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, com base no entendimento de que não há uma solução única para todos os problemas. A economia verde somente fará sentido para os países em desenvolvimento se vier acompanhada de uma melhoria significativa das condições de vida da população, com atenção especial aos mais vulneráveis.

A Rio+20 implica uma avaliação dos últimos 20 anos e um olhar para as próximas décadas. Estamos confiantes de que essa mensagem ecoará pelos próximos anos, fomentando novas iniciativas que possam conduzir a um futuro mais sustentável para todos. •

ANTÔNIO PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores do Brasil





A CPLP e os desafios contemporâneos

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nasce como expressão da vontade dos Estados que a compõem, unidos por laços históricos e culturais, e movidos pelo espírito de promover cada vez maior e multifacetado intercâmbio entre os seus povos, assente no respeito de valores e princípios como a democracia, paz, direitos humanos, igualdade, fraternidade, solidariedade e respeito pela diversidade cultural.

Volvida década e meia da assinatura da Declaração Constitutiva da CPLP, podemos hoje afirmar que a CPLP registou inúmeros progressos com um impacto manifestamente significativo para a materialização dos seus objectivos, o que faz com que tenhamos o orgulho e a esperança no projecto que abraçamos. Isto traduz-se na contínua afirmação da Organização na arena internacional como um bloco uno e coeso, jogando um papel fundamental como actor incontornável no processo da promoção da paz, segurança e estabilidade e da busca de consensos sobre temas globais como o desenvolvimento sustentável. A simpatia e o interesse manifestados por outros actores inter-

nacionais constituem um tributo à nossa maturidade, colocando para o efeito novos desafios à Comunidade.

Assim, temos motivos suficientes para regozijarmo-nos pelos feitos até agora alcançados. Contudo, como Estados membros devemos fazer ainda mais para corresponder com as expectativas dos nossos povos. Precisamos, por exemplo, de imprimir mais dinâmica na cooperação intracomunitária através de acções que concorram para um maior impacto a nível social e económico no espaço comunitário.

Lamentavelmente, e apesar da grande revolução tecnológica e científica que a humanidade conquistou nas últimas décadas, a fome; as doenças endémicas como o VIH/SIDA, malária, tuberculose;

A NOSSA COMUNIDADE TEM UM POTENCIAL QUE IMPORTA TRADUZI-LO EM GANHOS PARA OS POVOS E COMUNIDADES DOS NOSSOS PAÍSES E PARA O CONJUNTO DA CPLP.

UM DOS NOSSOS MAIORES ACTIVOS É A FORTE VONTADE POLÍTICA EM CONDUZIR O NOSSO PROJECTO A BOM PORTO.

a problemática das mudanças climáticas, persistem como grandes desafios ao progresso e bem-estar social nos nossos países. A reversão deste quadro requiere uma resposta articulada e centrada em medidas de estímulo ao crescimento económico sustentável. É neste domínio que a CPLP precisa de mais sinergias, em áreas como do investimento e comércio, que jogam um papel preponderante na dinamização do tecido produtivo.

Com efeito, a nossa Comunidade tem um potencial que importa traduzi-lo em ganhos para os povos e comunidades dos nossos países e para o conjunto da CPLP. Um dos nossos maiores activos é a forte vontade política em conduzir o nosso projecto a bom porto. A nossa Comunidade representa um universo de mais de 250 milhões de seres humanos dispersos pela África, América, Ásia e Europa. Para além do potencial que este grande mercado representa, importa destacar as múltiplas oportunidades de intercâmbio em áreas como a agricultura, assuntos do mar, turismo, infra-estruturas, apenas para mencionar algumas, que ainda não estão devidamente exploradas.

No domínio da promoção e projecção da língua portuguesa, um dos nossos maiores tesouros, há que sublinhar a necessidade de se prosseguir com esforços individuais e colectivos, a nível dos Estados membros, das sub-regionais e a nível global, particularmente do Sistema das Nações Unidas, para que a língua portuguesa ganhe o seu devido e merecido estatuto universal. ●

JACOB JEREMIAS NYAMBIR
Embaixador de Moçambique em Lisboa

Instituída Reunião dos Ministros do Comércio

Os ministros do Comércio dos Estados-membros da CPLP reuniram-se pela primeira vez em Maio de 2012, em Luanda. Sob coordenação da ministra do Comércio de Angola, Maria Idalina Valente, os responsáveis por esta tutela nos países da CPLP sublinharam a urgência na articulação de acções das entidades públicas para ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço da CPLP, através do incremento do comércio, do investimento e de parcerias, assegurando uma maior inclusão e interacção dos agentes económicos e das economias dos Estados membros

A base da cooperação no domínio do Comércio e Investimento assenta na dinamização de uma série de acções com o objectivo de desenvolver o comércio intra-CPLP e cooperar no sentido de potenciar as oportunidades decorrentes da presença de Estados membros em diversas comunidades económicas regionais.

Merece especial destaque a focalização da cooperação económica e empresarial em "Clusters" e Sectores de desenvolvimento de interesse comum aos Estados membros da CPLP, designadamente: Conhecimento (Investigação e Desenvolvimento); Novas Tecnologias; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Infra-estruturas; Mar e Recursos Naturais, e; Energia e Turismo.

Igualmente, impõe-se a implementação de medidas que permitam ultrapassar as dificuldades estruturais no desenvolvimento do Comércio e Investimento em quatro vertentes fundamentais, que constituirão os eixos de cooperação económica na CPLP: (i) melhoria do ambiente de negócios para

a promoção do comércio; (ii) melhoria do ambiente de negócios para o investimento; (iii) capacitação institucional e empresarial, e; (iv) melhoria dos mecanismos de financiamento.

Relativamente à Promoção do Comércio, os ministros referem a necessidade de adoptar medidas no sentido de se desenvolverem parcerias de complementaridade com vista a potenciar as capacidades produtivas para o reforço da oferta nos respectivos mercados regionais. Fica, ainda, fixada a elaboração de um plano de acção nos domínios da metrologia, normalização e qualificação (pilares da qualidade), visando o reforço da cooperação nesta área.

A Promoção do Investimento não ficou esquecida, observando-se as vantagens da replicação de melhores práticas intra Comunidade, a importância de apoiar os esforços da CPLP com vista à facilitação da circulação e fixação de empresários e investidores dos Estados membros, e a necessidade de estimular as sinergias entre as Agências Nacionais de Comércio e Investimento dos Estados Membros.

A capacitação Institucional e empresarial assume, naturalmente, um cariz fundamental. Nesta senda, os ministros apelam para a influência positiva de acções como fomentar a educação para o empreendedorismo ou reforçar a formação ao nível das PME.

Em matéria de Financiamento, importa promover a troca de experiências entre os Países da CPLP em matérias ligadas à partilha de riscos e encorajar, onde for necessário, a criação de instrumentos nacionais para dar resposta a dificuldades de acesso a capitais pelas PME. Desta forma, impõe-se a avaliação da possibilidade de criação de um Fundo de Investimento, aproveitando sinergias de Instituições existentes, e a prossecução de medidas concretas para a promoção de uma maior segurança jurídica, celeridade administrativa e condições de concorrência, compatíveis com os níveis de desenvolvimento dos Estados membros. O Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, foi representado nesta reunião ministerial pelo Director-Geral, Helder Vaz. ●





Cooperação reforça apropriação e responsabilidade conjunta dos Estados membros

O ano de 2012 vai ser um ano importante no processo de consolidação da CPLP. No Pilar Cooperação, será marcado por um conjunto de atividades para dotar a nossa Comunidade de uma renovada capacidade de intervenção.

No início de 2012, entrou em vigor o novo Regimento do Fundo Especial da CPLP e foi apresentado o novo livro "Reunião dos Pontos Focais de Cooperação", o qual se oferece como um renovado esforço dos Pontos Focais de Cooperação (PFC) e do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) para dotar a Organização de instrumentos que sistematizem os procedimentos e metodologias que vêm sendo aprimorados e introduzidos no funcionamento da Comunidade desde a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em 2006, em Bissau.

Espera-se que, em Julho, a XXV Reunião de Pontos Focais de Cooperação aprove o Programa Indicativo de Cooperação da CPLP para 2012-2015, decisão essa a ratificar pelo XVII Conselho de Ministros da CPLP. Projeta-

se, ainda, proceder à criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), o que permitirá um decisivo impulso na prossecução da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e o incremento capacidade estratégica e de diálogo político da Comunidade com outros atores internacionais.

Em matéria de Cooperação, aguarda-se a aprovação de dois Planos Estratégicos de Cooperação Setorial com impacto no

processo de desenvolvimento da Comunidade – o Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente (PECA-CPLP) e o Documento Estratégico da juventude, e "é expectável que possa surgir uma proposta de um Plano Setorial que irá trabalhar a matéria dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência", afirmou o Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão.

Em resumo, o ano de 2012 estabeleceu progressos importantes no caminho do reforço da capacidade de intervenção dos PFC e iniciou um processo de reforço, apropriação e responsabilidade conjunta dos Estados membros da CPLP quanto aos projetos e ações pontuais que vêm sendo propostos, debatidos e aprovados. O acompanhamento e monitorização das atividades constantes do PIC, no que ao seu grau de execução diz respeito, permite observar um grau de eficiência e eficácia bastante satisfatório. Bastará mencionar que mais de 95 por cento das Atividades constantes do PIC, aprovadas em 2011 ou 2012, estão em execução ou em fase de conclusão. Ao se verificar um crescente aumento dos montantes constantes do PIC e um incremento da participação dos Estados membros na Cooperação Comunitária é possível concluir que a aprovação da "Nova visão estratégica de cooperação para a CPLP" e do processo de Revisão do Fundo Especial da CPLP, respetivamente pelos XIV e XVI Conselhos de Ministros da CPLP, em Julho de 2009 e 2011, foram passos acertados no fortalecimento do pilar Cooperação da nossa Comunidade. ●

PIC EM EXECUÇÃO

Desde que o Fundo Especial teve o seu início (2000-2012), já foram aplicados 7,7 Milhões de Euros em Atividades (programas, projetos e ações pontuais) – PIC em execução acrescido dos valores do PIC já executado;

- O PIC em execução, em Junho de 2012, representa cerca de Euros 2,14 milhões;
- Do valor global do PIC em execução, mais de Euros 1,8 milhões são destinados a projetos, a maior parte dos quais com caráter estruturante, dado que procuram acelerar níveis de competência, promovendo capacitação e formação;
- O montante total dos projetos em curso no PIC representa 85% do PIC (face a 15% de ações pontuais), o que permite aferir a preocupação da RPFC na aprovação de atividades com níveis sustentados de apropriação pelo lado dos beneficiários;
- O valor do PIC em execução representa cerca de 39% do PIC já executado;
- O PIC executado entre 2000 e 2012 atinge os Euros 5,56 milhões;
- Desde que a Direção de Cooperação foi criada, no final de 2007, as Atividades do PIC representam Euros 4,7 milhões face aos Euros 3,3 milhões entre 2000 e 2007. Estes valores significam que o PIC entre 2008 e a atualidade representa mais de 55% de todo o PIC executado e em execução.

Defesa dos Mares na Projectão da CPLP

em foco

Os Ministros responsáveis pelos Assuntos do Mar, reuniram-se em Luanda.

Os ministros identificaram a necessidade de alargar a partilha de informação e conhecimento sobre os Oceanos da CPLP e de dinamizar uma rede de cooperação e informação com base nos pressupostos da Estratégia dos Oceanos da CPLP, entre outras decisões.

Na Declaração de Luanda, os ministros da tutela dos oito Estados-membros da CPLP consideraram de grande importância desenvolver iniciativas específicas que promovam o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos por meio da cooperação internacional, e que possam proporcionar maior projecção da CPLP no cenário internacional.

Esta vontade inscrita na Estratégia da CPLP para os Oceanos e criada por ocasião do I Encontro dos Ministros do Mar da CPLP, tem por objectivo a promoção da junção de esforços dos Estados-membros, tendo em vista o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos através da cooperação internacional, uma vez que os países possuem extensões marinha e costeira que agregam vasto potencial de recursos vivos e não vivos, principalmente no que se refere à biodiversidade marinha.

Outro dos pontos privilegiados na reunião foi a identificação de iniciativas que promovam a capacitação, a formação e o intercâmbio técnico e científico nos assuntos relativos às ciências do Mar, com o intuito de alargar a partilha de informação e

conhecimento sobre os Oceanos da CPLP, assim como a de dinamizar uma rede de cooperação e informação com base nos pressupostos da Estratégia dos Oceanos da CPLP. Os Ministros do Mar consideraram que os esforços conjuntos poderiam ser aliados à oportunidade, considerada ímpar, de intervir em fora internacionais, como a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, cujo enfoque foi no sentido do desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos e a consequente geração de riqueza e bem-estar dos povos.

De forma consensual, os oito Estados-membros estão apostados em desempenhar um papel activo e construtivo no reforço da coordenação e diálogo intersectorial, nomeadamente entre as áreas do Mar, Defesa, Ambiente, Segurança Alimentar, Ciência, Cultura e Educação para o Desenvolvimento, como contributo para o debate sobre uma nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA MARÍTIMA

No âmbito da Estratégia da CPLP para os Oceanos foi formalizado, em Maio passado, o Secretariado Técnico Permanente Para os Assuntos do Mar, na sede da CPLP e, neste encontro, foi aprovado o Programa

de Actividades do Secretariado Técnico Permanente que procura estimular a articulação da Estratégia dos Oceanos da CPLP com outras áreas setoriais da CPLP no domínio do Desenvolvimento Sustentável e incremento da cooperação conjunta.

Os Estados-membros querem ver um maior alargamento da partilha de informação e conhecimento sobre os Oceanos da CPLP, a dinamização de uma rede de cooperação e troca de informação entre os Estados membros, que se consubstanciará no Plano de Acção que contemple a identificação das valências e necessidades de cada Estado membro.

A resolução do Conselho de Ministros contemplou a futura construção do Observatório de Informação Estratégica Marítima, tendo em vista a identificação de áreas estratégicas de interesse comum aos Estados membros da CPLP no vector da Segurança e Vigilância Marítima.

O Director de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, acredita que "o potencial de cooperação dos instrumentos debatidos se centre numa lógica moderna de cooperação norte-sul-sul, os quais hoje se recomendam para deliberação dos competentes órgãos estatutário da CPLP, encerra um dos mais promissores caminhos para o desenvolvimento sustentável da Comunidade (falamos, obviamente, da ESAN-CPLP e dos seus instrumentos de governança bem como da Estratégia dos Oceanos da CPLP)". ●



Marinhas empenhadas na cooperação para a segurança



Brasil acolheu o III Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), considerado como o fórum mais importante entre as Marinhas de Língua Portuguesa sobre assuntos ligados ao mar, que se realizou de 8 a 10 de maio, na Escola de Guerra Naval (EGN), na cidade do Rio de Janeiro.

Nesta terceira edição, as Marinhas procuraram encontrar estratégias para intensificar a cooperação e garantir a segurança marítima dos Estados-membros da CPLP e recomendaram que os países devem apresentar uma proposta consensual de monitoramento e controle do tráfego marítimo nas suas águas jurisdicionais.

Segundo o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, no discurso de abertura “os oceanos são elemento de integra-

ção entre as civilizações e o comércio marítimo continuará sendo a grande artéria da economia mundial. Protegê-lo é fundamental para as nações que

queiram manter-se soberanas”.

Recorde-se que o IV Simpósio das Marinhas da CPLP terá lugar em 2014, em Cabo Verde. ●



CPLP reforça prevenção contra ameaças



O II Fórum de Ministros da Administração Interna / Interior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorreu de 31 de Outubro a 04 de Novembro, em Luanda.

O ministro angolano do Interior, Sebastião Martins, presidiu ao fórum que teve como mote “Reforçar o dinamismo e o prestígio da CPLP, aumentando os níveis de prevenção e de combate às ameaças comuns à segurança e tranquilidade públicas dos cidadãos no espaço lusófono”.

Os responsáveis pela segurança pública da comunidade lusófona comprometeram-se com o objectivo comum de estreitarem ainda mais os laços de cooperação em áreas vitais para o funcionamento do Estado, como sejam a segurança e ordem públicas, a gestão e o controlo de fronteiras, a protecção civil e a segurança rodoviária.

Os respetivos ministros da Administração Interna e do Interior dos Estados-membros da CPLP decidiram neste

Fórum pela constituição da Comissão especializada em matéria de Luta Contra a Imigração Ilegal e o Tráfico de Seres Humanos, do Conselho dos Directores dos Serviços Prisionais da CPLP e da entrada em funcionamento da Comissão especializada em matéria de Investigação Criminal da CPLP.

Já no âmbito da Segurança e Ordem Pública, decidiu-se pela criação, nas diversas Forças e Serviços de Segurança da CPLP, de unidades especializadas para o atendimento às vítimas de violência doméstica, psicológica e sexual e unidades especializadas para a prevenção do tráfico de órgãos e de seres humanos e os oito Estados-membros estão apostados em dar continuidade aos trabalhos em matéria de prevenção e combate do tráfico e utilização criminosa de armas e explosivos.

Nesta era de inovação tecnológica ao nível da informação e comunicação as autoridades dos países lusófonos querem ver reforçadas o recurso a estes instrumentos não apenas para incrementar a troca de informações e boas-práticas entre os ser-

viços da CPLP mas, também, para fomentar a implementação de novos sistemas de gestão e controlo de fronteiras semelhantes às soluções RAPID e PASSE. Foram ainda abordadas as questões relativas à definição de parâmetros de segurança nos documentos de viagem comuns aos Estados-membros da CPLP e o reforço da cooperação em matéria de prevenção e segurança rodoviárias.

Os Estados-membros da CPLP fizeram-se representar pelo respectivo ministro da Administração Interna, do Interior ou da Justiça, uma vez que a tutela varia consoante o país, bem como pelos Directores de Protecção Civil, de Migração e Fronteiras, dos Serviços Prisionais, de Relações Internacionais e Cooperação, Chefes e peritos da Polícia.

CRIADA PLATAFORMA DA CPLP EM MATÉRIA DE REDUÇÃO DE RISCO E DESASTRES

Durante o encontro Ministerial, foi criada a Carta Constitutiva da Plataforma dos Países de Expressão Portuguesa em Matéria de Redução de Risco e Desastres que tem por objectivo primordial a incrementação da consciência pública sobre a redução de riscos, vulnerabilidades e ameaças, a promoção e fortalecimento da cooperação dos oito em matéria de Redução de Riscos de Desastres, para além do âmbito da formação e treinos conjuntos.

Num momento em que as ameaças são assimétricas e difusas, os Ministros querem ver estimuladas parcerias públicas e privadas interdisciplinares e inter-sectoriais, contribuindo também para a melhoria do conhecimento científico, intercâmbio de informação sobre as causas dos desastres. ●



O Português na Assembleia Geral da ONU

Os primeiros aplausos arrancados à plateia dos debates anuais de chefes de Estado e Governo na ONU, em setembro, foram para um discurso em português: o da presidente do Brasil, Dilma Rousseff. O país é o primeiro a abrir a reunião mais importante do calendário das Nações Unidas.

EXCLUSIVO



Rousseff foi a primeira mulher a abrir os debates, e ao fazê-lo ressaltou a força de três palavras da língua portuguesa, todas feminina: “Vida, Alma e Esperança.”

PARCERIAS

Um outro destaque para o idioma foi dado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, em uma reunião com ministros e secretários dos Estados-membros. O encontro, que ocorreu à margem da Assembleia Geral, discutiu parcerias entre as nações do bloco, adesão de novos membros e o

reforço da língua no cenário internacional. A Rádio ONU conversou com todos os chefes de Estado e Governo lusófonos entre eles, o presidente de Moçambique, Armando Guebuza. O país africano deve assumir a presidência rotativa da CPLP, em 2012. Guebuza disse que irá “dar continuidade ao trabalho de Angola à frente da organização.”

Em entrevista à Rádio ONU o estadista reconheceu o interesse na CPLP por parte de países que não falam português, mas pediu reflexão.

“O interesse dos vários países, não há dúvidas de que é positivo. Mas se eles



Presidente de Moçambique,
Armando Guebuza

entram para uma organização de oito países e, daí, mais oito de fora, então o problema é termos que saber: será isto que nós queremos? Não se diluirá a nossa identidade nesse mesmo processo? Nós temos que reflectir sobre isso. Precisamos de muitas cabeças, infelizmente. Os povos da nossa organização consideram muito sobre aspectos relacionados a isso, mas o certo é que temos que pensar”, declarou Guebuza

NOVAS EXPERIÊNCIAS

A propósito, o primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior invocou os benefícios de “novas experiências”, a serem adquiridas com uma possível entrada de novos membros na CPLP. Na sua opinião, estas devem “engrandecer a comunidade”.

“Se querem entrar é porque reconhe-



cem o valor da CPLP. Por isso, há que facilitar e proporcionar mais diálogo. Todos nós saímos a ganhar – nas Nações Unidas, o português é solicitado. Assim acontece na Cedeao (Comunidade dos Países da África Ocidental) e até na Uemoa (Comunidade Económica e Monetária Oeste-Africana) porque, de facto, há outras solicitações. Só nós saímos a ganhar com o aumento da divulgação da língua da nossa comunidade.”

Já Timor-Leste anunciou a inauguração de uma delegação da CPLP no país. Prevê-se que as instalações passem a operar a partir de Janeiro de 2012.

CANDIDATURAS

Portugal, que acolhe a sede da organização, anunciou a sua intenção de se candidatar ao Conselho dos Direitos Humanos da ONU para o período en-

PORTUGAL (...) ANUNCIOU A SUA INTENÇÃO DE SE CANDIDATAR AO CONSELHO DOS DIREITOS HUMANOS DA ONU PARA O PERÍODO ENTRE 2014 E 2017.

tre 2014 e 2017. O apoio dos países de expressão portuguesa foi considerado vital pelo chefe da diplomacia portuguesa, Paulo Portas.

“Pela língua que nos une e porque, nessa língua, podemos até ter oportunidades económicas. Isso valoriza os países da CPLP em contraste com países que, por exemplo, falam outras línguas e têm maior dificuldade de internacionalização.”

Por seu turno, o secretário executivo da organização Domingos Simões Pereira disse que o futuro do bloco lusófono está nos trilhos.

“Assistimos hoje a uma progressão bastante importante no domínio da sociedade civil. Há uma maior presença, há uma maior assunção, há uma maior responsabilização. A nossa perspectiva é uma fusão destas duas correntes. A corrente política-formal e a corrente da sociedade civil. Portanto, pensamos que nós que, nos próximos tempos, a CPLP vai poder enfrentar desafios globais como a erradicação da fome para a qual temos exemplos muito importantes, a erradicação do analfabetismo e outros desafios globais. Penso que a interacção e sinergia desses Estados venha a ser um contributo importante.

“ENCONTRO DE CIVILIZAÇÕES”

A participação lusófona na Assembleia Geral ficou marcada pelo primeiro discurso de Cabo Verde em crioulo no órgão internacional. No seu pronunciamento, o primeiro-ministro, José Maria Neves, falou da importância de invocar “a língua, a cultura, a história e a memória do país”.

Neves afirmou que a “crioulidade destaca o resultado da fusão de povos no mundo, configurada num encontro de civilizações europeia e africana”.

A influência dos países-membros da CPLP, da qual Cabo Verde reafirma compromisso em levar a língua adiante a par do crioulo, é vital para “a candidatura do Campo de Concentração de Tarrafal a Património da Humanidade.” ●



GUINÉ-BISSAU-CPLP-CEDEAO

“Triângulo de desencontro”

A questão da Guiné-Bissau tem estado, desde a fundação da CPLP, na agenda de preocupações da nossa comunidade e, a par de insucessos estrondosos do país, a CPLP contribuiu em larga medida para promover a causa da Guiné-Bissau na agenda internacional, intervindo incisivamente em todas as instâncias de debate sobre o país.

Cimeira da CPLP de Luanda, em Julho de 2010, marcou um ponto de viragem em relação ao que a CPLP fizera até então a favor da Guiné-Bissau. Pensou-se que circunstâncias políticas mais favoráveis poderiam propiciar a efectivação de um esforço mais robusto em apoio à Guiné-Bissau e que pudesse contribuir decisivamente para o desfazer do intrincado nó górdio que é a estrutura militar na vida do país.

O compromisso da VIII Cimeira de passar à acção impeliu Angola a assumir a liderança desse esforço e perguntamos o porquê do voluntarismo de Angola para assumir tal responsabilidade, num cenário de grande incerteza e volatilidade? ... ainda que de riscos calculados.

Creemos que a resposta reside fundamentalmente em percepções: existiria um largo espectro de percepções de que Angola seria o parceiro da Guiné-Bissau melhor habilitado para dar um empurrão decisivo no apoio ao país; de que Angola, com os recursos que detém e a rica experiência adquirida em processos de desarmamento, desmobilização e reinserção poderia fazer algo de tangível a favor da Guiné-Bissau; haveria ainda a percepção de que Angola seria o país melhor colocado para “apadrinhar” a



Guiné-Bissau em estado de total orfanidade. E uma situação política interna de estabilidade governativa e de seriedade na gestão da coisa pública, ainda que de grande instabilidade no sector militar, ajudava às avaliações positivas para um cometimento mais activo de Angola.

ACÇÃO

Em Agosto de 2010, no seguimento da VIII Cimeira de Luanda, traduzindo a importância concedida à CEDEAO e à sua participação numa parceria operacional, Angola na presidência da CPLP promoveu uma reunião com a CEDEAO que enviou a Luanda uma delegação chefiada pelo Presidente da Comissão.

Na reunião foram discutidas diversas opções, de entre as quais uma acção robusta de Angola, agindo sob mandato da CPLP, em apoio à Guiné-Bissau e à reforma militar; e foi estabelecido o quadro de uma cooperação entre a CPLP e a CEDEAO num programa de apoio às reformas.

A delegação conjunta CPLP CEDEAO deslocar-se-ia de seguida a Bissau, aonde participaria numa reunião dos Chefes de Estado Maior da CEDEAO e da CPLP que elaborou o Roteiro para a Reforma do Sector de Defesa e Segurança, documento quadro do cometimento conjunto Guiné-Bissau, CEDEAO, CPLP.

A reunião dos Chefes de Estado Maior teve lugar após outra insubordinação

militar, com o episódio da breve detenção do 1º ministro e António Indjai (então Chefe de Estado Maior Adjunto) a destituir Zamora Induta da Chefia do Estado Maior; o clima na reunião era de hostilidade radical às novas autoridades militares de quem era exigido o afastamento; foi decidido o desdobramento de uma missão militar, de estabilização e de apoio às reformas, e a passagem à reforma de quadros militares implicados nas insubordinações - medidas que as autoridades militares da Guiné-Bissau repudiaram veemente e liminarmente.

O governo guineense estabelecera um clima de confiança nas relações com as autoridades angolanas, o que impeliu ao reforço da cooperação bilateral e nomeadamente da cooperação militar. Assim, os dois governos celebraram protocolos de cooperação e foi estabelecida uma missão técnica militar de Angola para apoiar o país na reforma do sector de defesa e segurança. Relativamente às autoridades militares, legitimadas por conveniência ou pressão, pelo Presidente da República, embora insubordinadas, não fiáveis, delinquentes, e com as quais Angola e os militares angolanos deveriam trabalhar, pragmaticamente decide-se fazê-lo com “the man in charge”, o que se revelaria um logro colossal.

REACÇÃO

Estes desenvolvimentos tiveram um forte impacto em círculos da África Ociden-

tal e da CEDEAO que invocam argumentos duvidosos de exclusividade regional para se oporem radicalmente à presença da missão angolana na Guiné-Bissau. Reveladora desta evolução seriam as tensas reuniões subsequentes, nomeadamente do Grupo Internacional de Contacto, em Nova Iorque, e as negociações do memorando de entendimento, nas quais a CEDEAO reclamava peremptoriamente a primazia da liderança na condução do processo de regulação da situação na Guiné-Bissau, e continuava a insistir no desdobramento de uma missão militar da CEDEAO no país.

Após o estabelecimento da MISSANG em Março 2011, os esforços diplomáticos da CPLP centraram-se na conclusão do memorando de entendimento tripartido Guiné-Bissau-CEDEAO-CPLP para a reforma do sector de defesa e segurança, previsto no Roteiro e aprovado pelos Chefes de Estado da CEDEAO, pelo Conselho de Ministros da CPLP e fortemente apoiado pela comunidade internacional

ENTENDIMENTO

O Memorando de Entendimento seria um Tratado Internacional e visava dar consagração política e legal à participação conjunta da CEDEAO e da CPLP na implementação do Roteiro. Para Angola, a concretização do memorando e a sua implementação assumiam uma importância crucial já que traria a CEDEAO para o centro dos esforços empreendidos para a reforma e estabilização da Guiné-Bissau, além de conferir uma legitimação política acrescida à sua presença.

Realizaram-se vários encontros de negociação: longos de explicações e contra-explicações, marcados frequentemente pelo diálogo áspero e por várias manobras dilatatórias da CEDEAO, mas estava-se no bom caminho e somente o golpe de estado militar impediu a sua conclusão. As delegações da Guiné-Bissau e da CPLP pautaram-se pela identidade de objectivos e de propósitos.

No processo de negociação a CEDEAO apresentou propostas para o desdobramento de contingentes militares integrados numa missão de estabilização; de operacionalização do Fundo de Pensões para a passagem à reforma de militares identificados para o efeito; de alocação, pelos Chefes de Estado da CEDEAO, de 63 milhões de dólares para financiar o Roteiro.

A Guiné-Bissau e a CPLP defenderam consistentemente ser desnecessário colocar forças militares adicionais e que a MISSANG assegurava as necessidades. A CPLP propunha à CEDEAO a seguinte divisão de trabalho: a MISSANG ficaria encarregue, no essencial, das missões de assistência técnica às forças armadas guineenses; proceder-se-ia à formação prioritária de unidades nacionais de protecção; a CEDEAO trabalharia, e os fundos alocados seriam, em medida substancial, afectados ao Fundo de Pensões para a reforma dos militares e para a reinserção social. Acordou-se no desdobramento de uma missão tripartida de assistência técnica à reforma, a ser composta por cerca de 30 elementos, que Angola se propunha financiar pelo período de dois anos, a ser chefiada pela CEDEAO e que iria, no terreno, trabalhar na supervisão da implementação do Roteiro.

Partindo de posições muito divergentes foi possível chegar a um conjunto de entendimentos, com os negociadores da CEDEAO, que operacionalizavam o memorando e salvaguardavam os interesses da Guiné-Bissau, de Angola e da CPLP. A resistência diplomática da CEDEAO foi vencida, com o concurso de várias instâncias internacionais, nomeadamente das Nações Unidas, e a parceria poderia ser fechada após as eleições e caso não ocorresse o golpe de Estado.

VILÕES

Interessante, premonitório e feito em tom carnavalesco, foi o episódio ocorrido em Bissau, em início de 2012, enquanto decorria uma ronda de negociações do

memorando de entendimento entre o Governo, CEDEAO, CPLP: António Indjai e a alta estrutura militar realizaram uma grande reunião pública, manifestando-se contra a pretensão de colocar tropas da CEDEAO na Guiné-Bissau o que nos consolou mas não apaziguou os receios de que os militares dificilmente aceitariam cumprir o estabelecido no Roteiro e no memorando que estávamos a negociar.

A causa do insucesso da operação de ajuda e solidariedade à Guiné-Bissau assenta nos militares e na sua recusa em aceitarem entregar o poder que detêm e respeitarem a lei. A determinação do 1º ministro Carlos Gomes Júnior em pôr fim a tal estado de coisas foi a causa primeira e directa da sua destituição. O grande erro de avaliação de Angola assentou no pragmatismo de aceitar trabalhar com um bando de delinquentes que facilmente trocou a ajuda fraternal e solidária de Angola e da CPLP pelos réditos do narcotráfico, e se submeteu à manipulação de interesses regionais que não resistiram à fixação de intervir militarmente no país.

EPÍLOGO

Procuramos neste texto ilustrar os esforços desenvolvidos por Angola, pela CPLP e sobretudo pelo governo da Guiné Bissau para fazer avançar decisivamente o processo de reforma do sector de defesa e segurança; e o processo diplomático que nos iria seguramente conduzir à celebração, após as eleições presidenciais na Guiné-Bissau, do memorando de entendimento tripartido consagrando a aceitação, pela CEDEAO, da presença da MISSANG e no estabelecimento de uma parceria efectiva que, pensávamos errónea mas esperançadamente, poderia concretizar no médio prazo a reforma militar e dar à Guiné-Bissau a oportunidade de um novo futuro. ●

HELDER LUCAS
Embaixador, Representante Permanente
de Angola junto da CPLP



CPLP, empenhada na estabilidade da Guiné-Bissau



A CPLP e os seus Estados-membros defendem o primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça. A flagrante violação destes princípios fundamentais fundadores da organização verificada pelo golpe militar perpetrado na Guiné-Bissau, em Abril passado, tem ainda em conta circunstância agravante deste facto ter ocorrido na véspera do início da campanha eleitoral para a 2ª volta que levaria à escolha do Presidente da República, num processo eleitoral cuja transparência foi reconhecida pelas instâncias nacionais e internacionais.

O Conselho de Ministros, reunido na sua IX Sessão Extraordinária, em Lisboa, no dia 5 de Maio de 2012, dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, para analisar a situação na República da Guiné-Bissau, na sequência da Resolução adoptada na VIII Reunião Extraordinária, do passado dia 14 de Abril, e após escutar uma informação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação In-

ternacional e Comunidades da Guiné-Bissau, decidiu reiterar a condenação veemente e sem reservas do golpe de Estado perpetrado pela liderança das Forças Armadas da Guiné-Bissau.

A CPLP SUBLINHA A NECESSIDADE DE RESPEITAR ESCRUPULOSAMENTE AS DECISÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

Os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da CPLP exigiram, ainda, a reposição integral da ordem constitucional, abrangendo a restauração do funcionamento e da autoridade dos órgãos legítimos de poder, incluindo o Presidente da República interino e o Primeiro-Ministro, bem como a conclusão do processo eleitoral interrompido pelo golpe de Estado

Estando a trabalhar intensamente com os parceiros internacionais, nomeadamente o “Grupo de Contacto para a

Crise na Guiné-Bissau”, referido no Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, S/2012/280, de 30 de abril, sobre a situação na Guiné-Bissau, onde CPLP, União Africana, CEDEAO, União Europeia e ONU, entre outros, trabalham para o regresso à estabilidade constitucional duradoura na Guiné-Bissau.

A CPLP sublinha a necessidade de respeitar escrupulosamente as decisões das Nações Unidas, o Acto Constitutivo da União Africana (UA), o Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança da UA e o Capítulo VIII da Carta Africana da Democracia, Eleições e Governança, quanto ao acesso ao poder por meios não constitucionais. Qualquer outra via constituiria um desafio à autoridade do Conselho de Segurança das Nações Unidas e uma flagrante violação do princípio de “tolerância zero” da UA e da CEDEAO, estabelecendo um perigoso precedente com o qual a CPLP não se compromete.

A instabilidade gerada por esta situação revela, ainda, a emergência de uma situação humanitária na Guiné-Bissau, nomeadamente com deslocados, refugiados e risco de epidemias.

Nesta envolvente, a CPLP reiterou o apoio ao pedido do Governo legítimo da Guiné-Bissau para a constituição de uma força de estabilização abrangente, mandatada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e incluindo contingentes de membros da CEDEAO, da CPLP e da União Africana, não deixando de realçar a urgência imperiosa de concretizar a reforma do sector de defesa e segurança da Guiné-Bissau e combater incondicionalmente a impunidade e a ameaça do narcotráfico na África Ocidental. ●

Momento Cultural em Díli 10 anos de Timor-Leste na CPLP

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Democrática de Timor-Leste assinalou, com um Momento Cultural, 10 anos de adesão à CPLP, coincidente com o 10º aniversário da sua independência.

Os pontos altos do evento decorrido nos dias 4, 6, 8 e 9 de Junho de 2012 foram assinalados com um programa televisivo sobre a CPLP, produzido pela TVTL, um colóquio subordinado ao tema "Timor-Leste na CPLP", dirigido a um público universitário, e uma Recepção oferecida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Zacarias Albano da Costa.



O encerramento das comemorações coube ao concerto ao vivo da Banda Musical Tabanka Djaz, da Guiné-Bissau, reunindo milhares de pessoas.

O evento, contou com a presença do Director-Geral da CPLP, Hélder Vaz. •



Assinatura de Acordo com Timor-Leste para o estabelecimento de uma representação da CPLP em Díli

A assinatura do acordo para o estabelecimento de uma representação permanente da CPLP em Díli decorreu no dia 5 de Maio, na sede da CPLP, na presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, Zacarias Albano da Costa, e do Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira.

O Memorando de Entendimento teve como principal objetivo o de estabelecer os compromissos das Partes no esforço de instalação em Díli, de uma Representação Permanente da CPLP.

A instalação da Representação Permanente da CPLP em Díli tem como objetivos o de reforçar a capacidade de interação entre a Organização e Timor-Leste, de criar condições para intensificar a concertação política, da cooperação multilateral e da promoção da Língua Portuguesa, os objetivos comuns ou ainda dar resposta à solicitação da Comissão Nacional de Timor Leste do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, na criação de um espaço físico para a sua instalação. Esta medida irá proporcionar ainda o desenvolvimento de novas comple-



mentaridades nas intervenções da CPLP e de Timor-Leste, nos quadros regional e internacional, para além de conjugar o apoio técnico e logístico do Secretariado Executivo da CPLP ao Governo de Timor-Leste na Presidência Timorense da Organização. Prevista para 2014-2016. •



A CPLP tem provado o seu valor



A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) irá celebrar este ano, na bela cidade de Maputo, os seus dezasseis anos de existência.

A pesar da sua juventude, a Organização tem vindo a demonstrar neste curto espaço de tempo uma atividade e uma vitalidade crescentes, que se estendem às mais variadas áreas e envolvem não só as instituições estatais como também os setores empresariais e as sociedades civis, reforçando assim os laços de amizade entre os seus oito Estados membros, assentes na solidariedade e no respeito mútuo.

Ancorado nos três pilares fundadores da nossa Comunidade – a concerta-

çar a sua presença e a sua capacidade de intervenção tanto no seu espaço interno como na esfera internacional.

Como mecanismo de consulta e concertação diplomática, a CPLP tem repetidamente provado o seu valor acrescentado como fator de projeção externa dos interesses partilhados e das posições políticas conjuntamente tomadas no seu seio, sendo-lhe hoje em dia reconhecido o estatuto de interlocutor representativo e participante ativo nos diversos fora multilaterais e no diálogo com países ou grupos de países

tabilidade. Merece ainda aqui destaque a considerável peritagem da CPLP no domínio da Observação Eleitoral, que lhe permite contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas e do Estado de Direito na nossa Comunidade.

Há muito que cooperação intra-CPLP abrange igualmente domínios tão importantes para as nossas sociedades como a saúde, a educação, o ambiente, a agricultura, a ciência e tecnologia, a cidadania e a formação de recursos humanos, entre outros, refletindo a vontade de promover ações e iniciativas concretas, direcionadas para a satisfação de necessidades reais e prementes dos seus cidadãos e tomando como base metodologias que privilegiam a apropriação pelos beneficiários e a sustentabilidade dos projetos. Acresce que temas de relevância primordial, como o Desenvolvimento Sustentável, a Segurança Alimentar e Nutricional, a gestão dos Espaços Oceânicos ou a Igualdade de Género, têm sido objeto de iniciativas específicas traduzindo um envolvimento estratégico cada vez mais aprofundado da CPLP e o desejo de fazer valer as suas posições comuns nos *fora* internacionais.

HÁ MUITO QUE COOPERAÇÃO INTRA-CPLP ABRANGE IGUALMENTE DOMÍNIOS TÃO IMPORTANTES PARA AS NOSSAS SOCIEDADES COMO A SAÚDE, A EDUCAÇÃO, O AMBIENTE, A AGRICULTURA, A CIÊNCIA E TECNOLOGIA A CIDADANIA E A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

ção político-diplomática, a cooperação mutuamente vantajosa e a difusão da Língua Portuguesa – assim como na promoção dos valores democráticos e direitos fundamentais indispensáveis ao desenvolvimento económico e ao bem-estar social dos nossos Povos, este dinamismo tem permitido à CPLP refor-

sobre áreas de interesse comum. Internamente, a cooperação política regular entre Estados membros conduz a um debate franco e aberto sobre os principais temas de agenda da Organização, incentivando trocas de informação e de experiências e assegurando o apoio recíproco em situações de crise ou ins-

Mais recentemente, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reavivou o desígnio, já antigo, de desenvolver uma dimensão económica e de cooperação empresarial no espaço da CPLP. O impulso decorreu da consciencialização de que, num mundo globalizado e em constantes convulsões económicas e financeiras, o “mercado CPLP”, forte de mais de 240 milhões de habitantes, constitui uma oportunidade única para a internacionalização das economias dos seus Estados membros, contribuindo assim para uma melhoria sustentada do padrão de vida das suas populações.

O que à partida poderia ser considerado desvantagem – a descontinuidade geográfica, a pertença a organizações regionais distintas, as dissemelhanças socioeconómicas – tem sido mais do que contrabalançado pelo impulso decorrente da convicção comum de que as afinidades históricas, culturais e linguísticas podem constituir um forte motor de desenvolvimento partilhado e de solidariedade política e humana.

A nossa Comunidade é antes de mais a comunidade linguística. Mas já em 1996, os Chefes de Estado e de Governo signatários da “Declaração Constitutiva” realçaram não só o seu valor como “vínculo histórico e património comum” mas também a sua importância, no plano mundial, “como fundamento de uma atuação conjunta cada vez mais significativa e influente”. Paraphrasing Pessoa, a nossa riqueza é a língua portuguesa – fator de unidade e de difusão cultural, no respeito das identidades próprias de cada Estado membro. Mas esta riqueza não deve ser vista unicamente como o reflexo do nosso passado comum, deve também ser encarada como um inestimável valor económico para o nosso futuro, cuja promoção irá proporcionar e facilitar o acesso a novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento •

CLARA BORJA
Embaixadora, Representante Permanente
de Portugal junto da CPLP

CPLP moderniza Portal

O Secretariado Executivo da CPLP está a ultimar o desenvolvimento do Portal CPLP para o dotar de novas ferramentas e de um *design* mais moderno. O Portal na Internet, aglutinador de informações relevantes sobre a CPLP, vai continuar a valorização do uso da Língua Portuguesa condensadas num número potencialmente ilimitado de canais no Portal.

Pretendendo assumir-se como um veículo eficiente e eficaz para a notoriedade e o reconhecimento, almeja-se otimizar o fluxo de informação, na captação e difusão, entre a CPLP, os seus Órgãos, Instituto e Centros, os aparelhos estatais dos Estados membros, os Observadores Associados e os Consultivos, as Associações e organizações que actuam no espaço e para benefício da CPLP.

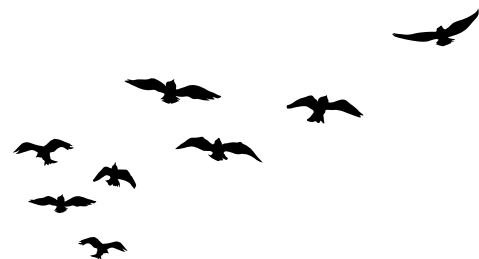
Para melhor informar os visitantes do Portal, promover os valores e princípios comuns no maior número de canais de comunicação electrónica, contemplou-se neste projecto a reformulação gráfica do Portal CPLP, a activação da funcionalidade Agenda, uma versão *Mobile*, a implementação da ferramenta i-Paper e de um Boletim Electrónico. Igualmente, surgem novos canais como o Canal do Secretário Executivo, o Canal Saúde e o Canal Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras novidades. •



www.cplp.org



CPLP comemora 16 ° Aniversário



16 Anos de dinamismo e vitalidade.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi fundada a 17 de Julho de 1996. Dezasseis anos depois, a vitalidade da CPLP reflecte-se cada vez mais na defesa da Democracia e no elevado número de medidas conjuntas que os Estados-membros têm adoptado para harmonizar políticas, activar procedimentos comuns e cooperar em domínios tão importantes como a Saúde, a Justiça, a Educação, as Forças Armadas, a Economia, Finanças e Negócios, o Ambiente e as Migrações, entre outras áreas sectoriais.

A adaptação da nossa organização às novas exigências de crescimento impõe-se pelo maior dinamismo nos cenários nacionais e internacional. As sucessivas alterações dos Estatutos da CPLP têm acompanhado estas exigências de crescimento institucional permitindo, nomeadamente, o reforço da acção dos pontos focais, a criação dos Grupos da CPLP nas capitais e nas sedes dos organismos internacionais, a

regulamentação da adesão dos Estados como Observadores Associados e das instituições da sociedade civil como Observadores Consultivos, a institucionalização pelo XII Conselho de Ministros, de Novembro de 2007, de uma nova dimensão institucional na Comunidade com a criação da Assembleia Parlamentar e a nomeação de Embaixadores de Boa Vontade.

O desenvolvimento das relações entre os Estados-membros da CPLP, traduzido numa crescente cooperação económica, técnico-científica, cultural, comercial, de circulação de pessoas e investimentos cruzados, garante um diálogo pleno, contribuindo para o estreitamento das relações no espaço CPLP, para o crescimento económico dos seus países e desenvolvimento social dos seus povos.

Paralelamente, para concretizar com mais eficiência e eficácia os mandatos emanados das Conferências de Chefes de Estado e de Governo, a CPLP prossegue o reforço da sua capacidade técnica para a adaptação evolutiva das suas estruturas, garantindo assim o cumprimento das metas traçadas para os três vectores de actuação: a concertação politico-diplomática, a cooperação em todos os domínios, e a promoção e defesa da Língua Portuguesa e da Cultura dos povos da Comunidade. ●





Centro de Documentação abre portas

O Secretário Executivo, Domingos Simões Pereira, inaugurou o novo espaço no passado dia 5 de Maio, Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP.

O Centro de Documentação da Organização, situado no Palácio Conde de Penafiel, foi inaugurado na presença dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da CPLP, entre outros distintos convidados.

O Centro de Documentação da CPLP tornou-se uma realidade com a mudança da sede da Organização, em Novembro de 2011. Dando resposta à necessidade de criar um espaço para reunir informação capaz de fazer face às crescentes demandas inerentes ao crescimento que a CPLP tem vindo a

conhecer. Esse crescimento está ligado ao alargamento do leque de áreas de atuação da Comunidade, não apenas no plano da cooperação intergovernamental sectorial, mas também no domínio da sociedade civil.

O espólio bibliográfico inicialmente disponível era, na sua maioria, constituído por ofertas e documentação acumulada ao longo dos quinze anos de vida da CPLP. Este espólio tem aumentado, consideravelmente, graças à colaboração de instituições e organismos, parceiros da CPLP, que se disponibilizaram a doar obras de interesse relevante para a cons-

tituição do fundo documental do Centro.

O Centro de Documentação da CPLP destina-se preferencialmente, pela especificidade do seu fundo documental, a utilizadores que necessitem de informação especializada sobre os Estados membros da CPLP, a partir da década de 90 (designadamente a partir de 1996).

A documentação disponibilizada abrange as áreas das ciências sociais, humanas e naturais.

O Centro de Documentação da CPLP tem o seu fundo em livre acesso, organizado e estruturado por áreas temáticas, tendo como referência os três grandes pilares norteadores da actividade da Organização: concertação político-diplomática; acção cultural e língua portuguesa e; cooperação multilateral entre os Estados membros. ●

DESTINATÁRIOS

- Estudantes do ensino secundário
- Estudantes do ensino superior
- Professores
- Mestrandos e doutorandos
- Investigadores
- Interessados nos vários domínios da cultura



SABER MAIS

Portal Documentação

www.cplp.org/documentacao





MAFRA 7 A 15 DE JULHO DE 2012

VIII Jogos Desportivos da CPLP

Os VIII Jogos Desportivos da CPLP decorrem entre 7 e 15 de Julho de 2012, em Mafra, por decisão do Secretário de Estado do Desporto e Juventude de Portugal, Alexandre Mestre, com base num estudo conduzido pelo Comité Organizador do evento.

O evento é organizado pelo Estado Português em parceria com a Confederação do Desporto de Portugal (CDP), sob a égide da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto da CPLP, contando com a presença dos oito Estados-Membros, designadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Recorde-se que a sétima edição dos Jogos da CPLP decorreu em Maputo, Moçambique, entre os dias 29 de Julho e 7 de Agosto de 2010.

De entre as candidaturas dos vários municípios, todas elas de grande qualidade, Mafra apresentou condições excepcionais para a realização dos Jogos, em especial a possibilidade de implementar um modelo concentrado de organização, permitindo reduzir custos.

07 a 15 de
JULHO 2012
MAFRA



www.jogosdesportivoscplp.com

As modalidades de Atletismo, Atletismo para Pessoas com Deficiência, Andebol, Basquetebol, Futebol e Ténis ficam concentradas no Parque Desportivo Municipal Eng.º Ministro dos Santos e o Voleibol de Praia decorre na praia da Foz do Lizandro. A par das excelentes condições para a prática desportiva propriamente dita, são ainda de realçar no Município-sede dos VIII Jogos Des-

SERÃO QUASE MIL PESSOAS QUE VÃO ESTAR EM MAFRA, DE ACORDO COM AS PREVISÕES DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL.

portivos da CPLP a existência de comunidades oriundas dos Países da CPLP e a sua manifesta vocação turística.

Serão quase mil pessoas que vão estar em Mafra, de acordo com as previsões da Confederação do Desporto de Portugal e com as confirmações que tem recebido dos vários países participantes, o que dá a ideia da complexidade da organização.

Os Jogos Desportivos da CPLP são um dos eventos-chave da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto da CPLP e constituindo um dos principais instrumentos de cooperação multilateral no domínio do Desporto da Comunidade que engloba Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Este evento é restrito a Delegações Sub 16 nas modalidades de Andebol, Atletismo, Basquetebol, Futebol e Ténis, e Sub 20 no Desporto Adaptado (Atletismo PPD – T12 e T13). O Voleibol de Praia, a título experimental, realiza-se no escalão de Sub 17 nos Jogos de 2012, a decorrerem em Portugal em 2012. As modalidades e os países participantes têm vindo a aumentar desde a primeira edição, sendo que os primeiros Jogos com os oito países da CPLP foram em 2008, no Rio de Janeiro, data em que Timor-Leste se estreou no evento.

Privilegia-se uma competição dentro do espírito de amizade e fair-play. Não há países vencedores, sendo atribuídas simbolicamente aos praticantes



desportivos taças e medalhas (de ouro, prata e bronze), lembranças e diplomas de participação. É igualmente atribuído um prémio especial de Ética desportiva.

A organização dos Jogos segue um esquema de rotatividade pré-definido na V Reunião da Conferência (Benguela, 10 de Junho de 2011), mas a decisão de Portugal acolher a VIII Edição, em 2012, ocorreu na IV Reunião da Conferência, a 1 de Julho de 2010, em Maputo. •



CPLP nas Escolas

A XXIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC), realizada em Fevereiro de 2012, apresentou a optimização do programa “CPLP nas Escolas”, uma iniciativa que já tinha recolhido a Categoria de Decisão 2 na reunião anterior deste órgão da CPLP.



CPLP
nas



Os Pontos Focais de Cooperação consideraram, em termos genéricos, o projecto como relevante para as actividades de cooperação da CPLP, inserindo-se dentro de um contexto positivo na lógica das atuais metodologias de “Educação para o Desenvolvimento (ED)” ou “Educação para a Cidadania”.

O programa “CPLP nas Escolas” encontra-se agora dividido em três fases

principais de desenvolvimento: A fase de lançamento e experimentação do programa, com duração de 14 meses (2012-2014), versa a coordenação e concertação com os Pontos Focais nomeados pelos Estados membros para identificação e reconhecimento de Escolas piloto em todos os Estados membros e compilação, concepção e distribuição de conteúdos lúdicos e educacionais em domínios elegíveis e a construção da plataforma on-line, en-

tre outras medidas. A segunda fase, 12 meses (2014-2015), ambiciona a criação de condições para garantir a sustentabilidade do projecto em termos de acesso e de utilização da plataforma e o alargamento do leque dos conteúdos aos professores, criando na plataforma uma base de documental para o ensino em Português em diversas áreas de saber e sua articulação com os programas lectivo e os currícula dos Estados, entre outras iniciativas importantes, como a

introdução da metodologia e tecnologia das “Bancadas Móveis de Ciência”.

Tendo por base definições consensualmente aceites e partilhadas em termos internacionais entre atores públicos e oriundos da sociedade civil, “podemos entender o processo de “Educação para o Desenvolvimento (ED)” como uma metodologia que apela à criação de uma determinada interacção e dinâmica, com o objectivo de proporcionar uma formação integral das pessoas, consciencializando-as para uma melhor compreensão dos processos ligados à promoção do desenvolvimento local e global e integral e sustentável, numa lógica de interdependência e interculturalidade”, referiu o Director de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão.

“COMPROMISSO POSSA ACÇÃO TRANSFORMADORA COM BASE EM CONCEITOS UNIVERSAIS COMO A JUSTIÇA, EQUIDADE E SOLIDARIEDADE, REFERÊNCIAS PRESENTES NA DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA DA CPLP”

Assim, o Programa CPLP nas Escolas, pretende contribuir para a realização do Objectivo do Milénio 8 (ODM8), que especifica a criação de uma parceria mundial para o desenvolvimento, com base na constituição de parcerias e interacções entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, através da promoção da educação para o desenvolvimento (ED), “favorecendo a inter-relação social e cultural que promova na CPLP uma cidadania global responsável, mobilizando o público-alvo para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável que se colocam à CPLP”, sublinha o Director de Cooperação.

Em particular, o objectivo específico do projecto passa por implementar o

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Identificação das Escolas piloto nos oito Estados membro da CPLP;
- Implementação do Programa CPLP nas Escolas em todos os Estados membros;
- Contribuir para a sensibilização sobre a CPLP e os seus objetivos;
- Disseminação do espírito CPLP através da introdução do conceito de “Educação para o Desenvolvimento (ED)”;
- Criação, nos oito (8) Estados membros da CPLP, de grupos de interação e de troca de conteúdos em língua portuguesa em contexto escolar – Clubes CPLP;
- Reforço do ensino em português e da língua portuguesa;
- Promoção do uso de tecnologias de informação e de comunicação.

Programa nos diferentes Estados membros da CPLP, junto de Escolas piloto a identificar oportunamente, incentivando a aproximação das gerações mais jovens da CPLP entre si, permitindo-lhes trocar informações e partilhar experiências, para que se construam e solidifiquem pontes entre os países da CPLP nos domínios da justiça, equidade e solidariedade. Concomitantemente, pretende ainda “promover e difundir o projecto CPLP junto das gerações vindouras, fomentando o conhecimento mútuo”, afirma Manuel Clarote Lapão.

O lançamento do Programa CPLP nas Escolas nos Estados membros, na sua Fase I, deverá ser acompanhado por uma efectiva implementação do projecto e da plataforma interactiva online, que permitirá aos alunos trocarem e partilharem conteúdos e experiências e, ao mesmo tempo, permitindo que se conheçam a si e aos demais. O Programa contará, ainda, com uma importante componente de sensibilização e de dinamização das crianças para a importância do desenvolvimento sustentável e do conhecimento intercultural. •



A CPLP e a Sociedade Civil: caminhos múltiplos



A CPLP recebeu recentemente a visita do Secretário-Geral da Presidência da República do Brasil, Ministro Gilberto Carvalho.

Durante reunião extraordinária do Conselho de Concertação Permanente, convocada para a ocasião, o Ministro Carvalho teceu comentários a respeito do I Fórum da Sociedade Civil, ocorrido em Brasília em setembro do ano passado, bem como sobre a importância do envolvimento da CPLP com esse tema. Referiu-se também aos próximos passos desse processo, que incluem a I Reunião da Comissão Provisória do Fórum, durante a IX Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, em Maputo, em julho de 2012, e o II Fórum da Sociedade Civil, em 2013. A expectativa é a de um envolvimento imediato da sociedade civil na CPLP, ainda que, de início, as atividades se concentrem em alguns poucos eixos de trabalho. Temas como o analfabetismo ou a redução da mortalidade infantil certamente oferecem perspectivas positivas de um trabalho conjunto, e deverão, assim, estar na agenda da I Reunião da Comissão Provisória, em Maputo.

Sociedade civil na CPLP é tema que se vincula à ideia de ser a Comunidade uma organização não só de governos, como também uma iniciativa voltada para os povos de fala portuguesa. O Presidente Jorge Fonseca, de Cabo Verde, enfatizou essa correlação durante visita à CPLP, em 8 de junho último. Vale lembrar que essa era uma das bandeiras de um dos fundadores da CPLP, o Embaixador José Aparecido de Oliveira.

Os temas a serem tratados pela CPLP junto com a sociedade civil são, como os dois acima mencionados, essenciais para o desenvolvimento de nossos países, e apresentam-se com potencial significativo de interação e cooperação dentro do espaço da Comunidade. No caso do Brasil, apesar de o país viver um bom momento no plano econômico interno, e com os esforços continuados do governo, que lograram tirar mais de 40 milhões de pessoas da pobreza, resta ainda muito a fazer. Entre estas tarefas, a mais urgente de todas é, sem dúvida, melhorar o nível de vida de 16 milhões de brasileiros, que ainda vivem em condições indignas. O país tem, nesse sentido, expressiva dívida social a resgatar, o que tem sido feito através de programas como o "Brasil Sem Miséria", grande esforço nacional para distribuir renda e integrar os cidadãos mais necessitados ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, a democracia é a melhor resposta para os desafios do desenvolvimento. É por isso que, desde o primeiro mandato do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governo brasileiro tem conferido crescente importância à articulação com a sociedade civil, crucial para a escolha de políticas públicas adequadas, como tem demonstrado o sucesso das políticas implementadas pelo Presidente Lula e por sua sucessora, a Presidente Dilma Roussef. A participação das organizações da sociedade civil, como igrejas e grupos de voluntários, é essencial para esse sucesso.

No âmbito da CPLP, ademais da concertação entre os Governos, seria necessário articular as sociedades dos oito países, estando o Brasil à disposição para compartilhar os erros e os acertos de suas experiências, como já acontecera durante o I Fórum da Sociedade Civil. Parece-me consensual, na CPLP, o reconhecimento da importância de uma maior integração entre as sociedades dos oito países, no espaço da comunidade. Esse processo já teve início, e poderia ser fortalecido a partir de elementos normativos e institucionais já existentes como, por exemplo: o Parlamento da CPLP, órgão de vinculação entre a sociedade civil, os parlamentos e os governos nacionais; os Observadores Consultivos, tais como universidades, fundações e institutos; o Estatuto

do Cidadão da CPLP e os mecanismos de facilitação de vistos, bem como outros instrumentos que ajudem as sociedades dos nossos países a circular e a se integrar.

A CPLP tem produtos a oferecer. É um mecanismo que precisa de maior agilidade, mas que oferece um bom potencial para a articulação com a sociedade civil, por trabalhar fundamentalmente com uma agenda positiva, e por estar constituída por países em graus diferenciados de desenvolvimento. As assimetrias entre os países-membros, longe de constituírem um peso negativo, são um fator de estímulo à cooperação e ao trabalho da sociedade civil. A Comunidade trata de uma multiplicidade de temas dentro da agenda social, envolvendo países de diferentes características e experiências, o que dará margem a um rico intercâmbio na área das sociedades civis.

Para se compreender melhor essa questão, talvez caiba considerar a CPLP em função de duas perspectivas. Uma, mais tradicional, com que muitos se identificam, diz respeito à comunidade da língua portuguesa. Essa perspectiva esteve na gestação da CPLP, até mesmo antes, com a criação do IILP, na referenciada Conferência de Chefes de Estado dos países de língua portuguesa, na cidade de São Luís do Maranhão, em 1989, convocada pelo então Presidente José Sarney. Tal perspectiva, que nem de longe foi a única a informar a gestação da CPLP, mas, que em última análise, diz respeito à valorização, promoção e defesa da língua portuguesa, e se alicerça, hoje, no Plano de Ação de Brasília, adotado pela I Conferência Internacional da Língua Portuguesa (Brasília, 2010), e em eixos tais como a adoção do novo acordo ortográfico, e, mais modernamente, a conscientização (entre nós brasileiros algo tardia, seja dito de passagem) do valor econômico da língua. Há, nessa perspectiva, numerosas atividades no âmbito privado, e que se identificam com a CPLP, ainda que sem conexão direta. É um campo de trabalho igualmente cen-

tral para a Comunidade, do ponto de vista governamental, e que se estende aos trabalhos de diversas reuniões temáticas e ministeriais, notadamente na área da cultura e da educação.

A outra perspectiva, menos difundida e compreendida pelas nossas sociedades, é mais abrangente. Inclui por certo a valorização da língua, mas não para aí. Dedicar atenção especial ao “espaço CPLP”, e busca explorar todo o potencial desse espaço em termos de cooperação, entendimento político, articulação econômica, criação de oportunidades empresariais, e identificação da cidadania CPLP por meio, inicialmente, da facilitação da circulação de pessoas, além de bens e serviços nesse espaço comunitário, esforço que envolve a própria noção, hoje objeto de acordo negociado na CPLP e ora submetido aos governos, da instituição do “Cidadão da CPLP”. Ainda que de momento, com a crise econômico-financeira assentada em nossas salas de estar e cozinhas, a noção de cidadania intercomunitária possa estar em menos preço, convenhamos que não é pouco pensarmos em — e a respeito termos já negociado — um projeto de cidadania CPLP. Aliás, assusta a muitos, que vêm na CPLP apenas a dimensão da língua. Língua, sem dúvida, é cultura, como de resto o é tudo o que não se esqueceu, como diria o filósofo. Mas, hoje, é também instrumento de ação e articulação política, de facilitação e valorização das trocas comerciais e do entendimento econômico. Ouso acrescentar que a CPLP ainda está distante de atingir plenamente seu potencial nesse nível.

Por outro lado, há, por parte da sociedade civil, uma atuação cada vez mais incisiva de movimentos gerados espontaneamente, que se acoplam à CPLP ou que assumem mesmo uma “identidade” ou “marca” CPLP. É o caso, por exemplo, da Comunidade Sindical da CPLP, ou do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa (Museu do Oriente, 26-27 de setembro de 2011), que propiciou a retomada,

após longos anos (o V Encontro deu-se em Moçambique, onze anos antes) de exame conjunto (articulação, cooperação) de atividade de interesse vital para a construção da coesão social e do desenvolvimento econômico e cultural das sociedades compreendidas no espaço CPLP, que são os museus. É o caso, também das reuniões de diversas categorias profissionais dos oito países, como juizes, promotores e outros, que assumem a “identidade” da CPLP. Assinale-se que muitas dessas iniciativas são promovidas independentemente da CPLP, algumas dando-se fora do calendário anual de reuniões do organismo. Todas terão papel significativo na definição da agenda futura da Comunidade. Mencione-se, ainda nesse aspecto, que um exemplo de atuação mais incisiva da sociedade civil pode ser visto na criação dos “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”, promovidos pelo Governo brasileiro, no âmbito da Conferência Rio+20, com o apoio das Nações Unidas, de 16 a 19 de junho de 2012, e que giram em torno de 10 temas, para os quais a sociedade civil foi convidada a fazer sugestões, perguntas, etc., constituindo base do debate de especialistas, conforme pode ser visto na página <http://www.rio20.gov.br/eventos/dialogos-da-sustentabilidade>. Algo semelhante poderia ser feito no âmbito da Comunidade.

É importante, para que a CPLP tenha condições de cumprir o seu papel, que a organização tenha meios para atender às crescentes demandas da sociedade civil. O Secretariado Executivo deve ser reforçado, dentro das linhas gerais de profissionalização de sua estrutura burocrática. O Secretariado, beneficiado com a expansão e a profissionalização de seus quadros, inclusive com a eventual criação de uma nova Diretoria, a de Divulgação e Documentação, teria assim condições de melhor divulgar a organização e contribuiria para integrar Governos e Sociedades em torno da “marca” CPLP. ●

PEDRO MOTTA PINTO COELHO
Embaixador, Representante Permanente
do Brasil junto à CPLP



Colóquio Internacional “Ciência nos Trópicos”

O Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) realizou o Colóquio Internacional “Ciência nos Trópicos: Olhares sobre o passado, perspectivas de futuro”, nos dias 5, 6 e 7 de Janeiro.



A sessão de abertura contou com as intervenções do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Luís Brites Pereira e da Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, o Presidente do IICT, Jorge Braga de Macedo, o Director-Geral da CPLP, Hélder Vaz Lopes, em representação do Secretário Executivo, do Secretário Geral da Confederação Empresarial da CPLP, Francisco Mantero, entre sócios da Academia das Ciências de Lisboa e membros do Conselho Científico do Colóquio.

A 3ª Sessão subordinada ao tema “Política e cultura científicas”, foi moderada pelos membros da Comissão Organizadora e Científica do Colóquio Internacional, respectivamente André Heráclio do Rego, Assessor Cultural da CPLP e Vítor Rodrigues, Coordenador da Unidade de História do IICT.

Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau recebido por Simões Pereira

O Primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Jr., visitou o Secretariado Executivo da CPLP, no dia 17 de Fevereiro, onde manteve um encontro com o Secretário Executivo, Domingos Simões Pereira e os Embaixadores junto da CPLP.



Representante Permanente de Portugal junto à CPLP apresentou cartas credenciais

A Embaixadora Maria Clara Borja de Freitas apresentou as suas cartas credenciais ao Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, no dia 30 de Janeiro de 2012, na sede do Secretariado Executivo.

Recorde-se que a República Portuguesa abriu a Missão Permanente junto da CPLP, a 13 Janeiro de 2009.



Face aos Estatutos da CPLP, os Estados-membros podem, se assim o entenderem, estabelecer Missões Permanentes junto da Organização, em harmonia com a prática internacional seguida nesta matéria.

Economia Lusófona: Recursos e Oportunidades no Espaço CPLP

O Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, esteve presente na conferência “Economia Lusófona: Recursos e Oportunidades no Espaço CPLP”, no dia 29 de Março de 2012, a convite da Associação Comercial de Lisboa.

Esta iniciativa teve por objectivo apresentar junto das empresas as características e o potencial de negócios no espaço Lusófono e promover o Espaço CPLP que abrange quatro continentes, e que segundo os organizadores, integra economias a crescer a ritmo acelerado, oferecendo oportunidades de negócio em diversos sectores, nomeadamente: energia; telecomunicações; obras públicas e infra-estruturas, mobiliário e agro-indústria, entre outros.

Barreto Martins deixou cargo de Embaixador junto da CPLP

O embaixador de Timor-Leste junto da CPLP, José Barreto Martins, despediu-se dos representantes dos Estados-membros da Comunidade na 151ª sessão do Comité de Concertação Permanente, decorrida na sede da CPLP.



O embaixador José Barreto Martins agradeceu a todos os Embaixadores dos Estados-membros e ao Secretariado Executivo pela ajuda “no sentido de uma progressiva mas sustentada integração de Timor-Leste” na CPLP.

José Barreto Martins apresentou as suas Cartas Credenciais ao Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, a 13 de Janeiro de 2009, tendo, desde essa altura, contribuído de forma activa para a contínua construção da CPLP.

Secretário Executivo recebeu Presidentes dos Grupos Nacionais à Assembleia Parlamentar da CPLP



Língua Portuguesa (AP –CPLP), no Palácio Conde de Penafiel.

A visita dos parlamentares dos Estados-membros à sede da CPLP decorreu na sequência da Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais e Preparatória da IV Assembleia Parlamentar da CPLP, realizada a 8 e 9 de Maio 2012, em Lisboa.

Visita do Secretário-Geral da Presidência da República Federativa do Brasil

O Secretário-Geral da Presidência do Brasil, Gilberto Carvalho, foi recebido pelos representantes dos Estados-membros da CPLP em sessão extraordinária do Comité de Concertação Permanente (CCP), no dia 11 de Maio de 2012.



O ministro Gilberto Carvalho deu a conhecer as conclusões do I Fórum da Sociedade Civil realizado no ano passado no Brasil, com vista à sua apresentação na IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, prevista para o mês de Julho de 2012, em Maputo.

Nesta ocasião, o Secretário-Geral da Presidência do Brasil visitou ainda a Sede da CPLP, com particular ênfase para o Centro de Documentação que foi inaugurado no Palácio Conde de Penafiel, a 6 de Fevereiro de 2012.

Patrice Trovoada visitou Palácio Conde de Penafiel



O Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Emery Patrice Trovoada, visitou a Sede da CPLP, no dia 29 de Maio, onde foi recebido pelos representantes dos Estados-membros e pelo Secretário Executivo, Domingos Simões Pereira.



SE CPLP recebeu Secretário de Estado da Reforma Administrativa Especial de Timor-Leste

O Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, recebeu no dia 1 de Julho o Secretário de Estado da Reforma Administrativa Especial de Timor-Leste, Florindo Pereira, na sede da CPLP.

V Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto da CPLP



Os Ministros Responsáveis pela Juventude e Desporto da CPLP reuniram-se a 6 a 7 de Julho de 2012, em Mafra, Portugal. Esta quinta reunião de responsáveis pelas áreas da Juventude e Desporto aconteceu no dia do arranque dos VIII Jogos Desportivos da CPLP na Vila de Mafra.

O Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, esteve presente nesta reunião sectorial.

Presidente a República de Cabo Verde visitou a sede da CPLP

O Presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, visitou o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no dia 8 de Junho, onde manteve um encontro com os representantes dos Estados-membros ao nível do Comité de Concertação Permanente (CCP), sob a coordenação do embaixador de Angola junto da CPLP, Hélder Lucas.



Domingos Simões Pereira participou na Conferência Internacional “CPLP: Passado, Presente e Futuro”

O Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, participou no dia 15 de Junho, na Conferência Internacional “CPLP: Passado, Presente e Futuro”, no Centro Universitário de Cultura e Artes, na Beira, em Moçambique.

Domingos Simões Pereira integrou o primeiro painel, subordinando ao tema da comunicação a “CPLP em África e no Mundo”.

Esta foi uma iniciativa conjunta entre a Universidade Católica de Moçambique e o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

VI Reunião entre os Observadores Consultivos e o Secretariado Executivo



A VI Reunião entre os Observadores Consultivos e o Secretariado Executivo da CPLP teve lugar no dia 26 de Junho, na sede da Organização.

O objectivo do encontro foi a apresentação das Conclusões do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, o Programa da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP: “A CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional”. Os membros Observadores Consultivos apresentaram o trabalho desenvolvido, bem como recomendações ao Secretariado Executivo para a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a realizar-se em Maputo, Moçambique.

12 de Junho – Dia Mundial de Luta Contra o Trabalho Infantil

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) juntou-se à Organização Internacional do Trabalho (OIT) para assinalar o dia 12 de Junho como “Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil”.

A associação da CPLP a esta campanha resultou de uma resolução dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP que decidiram intensificar os esforços conjuntos para a Prevenção e a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil no espaço da Comunidade. A acção contou com o apoio dos canais do grupo RTP.



Moçambique acolheu o XXII Encontro da AULP

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), membro Observador Consultivo da CPLP, realizou o XXII Encontro nos dias 18 a 20 de Junho, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, Moçambique.

Este Encontro anual esteve subordinado ao tema “Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP”, subdividindo-se noutros assuntos como a acreditação e qualidade, pós-graduação, a mobilidade, a internacionalização, entre outros.

Domingos Simões Pereira recebeu Secretário Geral Ibero-Americano na sede da CPLP



O Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Domingos Simões Pereira, recebeu no dia 3 de fevereiro, o Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique V. Iglesias, na nova sede da CPLP.

Domingos Simões Pereira passou em revista os últimos desenvolvimentos da Comunidade e destacou a concertação político-diplomática que se tem registado nos últimos tempos, a par da área da cooperação e do pilar da Língua Portuguesa, área onde espera poder cooperar mais com a SEGIB. O Secretário Executivo da CPLP manifestou ainda o desejo de criar um espaço documental e informativo dedicado à Conferência Ibero-Americana no novo Centro de Documentação do Palácio de Conde de Penafiel.

Na visita que afectou às novas instalações, depois de assinar o livro de honra, o Secretário Geral Ibero-Americano foi agraciado com uma placa comemorativa dos 15 anos da CPLP e da inauguração da nova sede da Organização.

A SEGIB foi convidada a participar na semana cultural da CPLP e na inauguração oficial da nova sede, tendo-se feito representar nos diversos actos pelo Secretário Adjunto, Ruy Amaral, e pelo Director de Planeamento da Secretaria Adjunta, Pedro Pessoa e Costa.



Viotti acompanhou Conselho de Ministros



A embaixadora da República Federativa do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, Maria Luíza Viotti, esteve presente no IX Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dedicada à situação na Guiné-Bissau. Recorde-se que Maria Luíza Viotti lidera a Configuração para a Guiné-Bissau da Comissão para a Manutenção da Paz da ONU.

Faizal Faquir Cassam é Embaixador de Moçambique junto da CPLP

O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique anunciou ao Secretariado Executivo a nomeação do Embaixador Faizal Faquir Cassam como Representante Permanente deste Estado-membro junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O novo embaixador de Moçambique junto da CPLP desempenhava as funções de conselheiro na embaixada de Moçambique na República Federal da Alemanha, tendo ocupado ainda os cargos de director adjunto para África e Médio Oriente, chefe do gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, bem como de chefe do Departamento para a África Sub-Saariana, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Moçambique passa a ser o sexto País de Língua Portuguesa a abrir uma representação permanente junto da Organização.

SE na 8ª Conferência de Ministros no âmbito da OFPA

O Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, esteve presente na Sessão de Abertura da 8ª Conferência dos Ministros da Função Pública, que decorreu em Bissau, entre 22 e 24 de Fevereiro, no âmbito do Observatório das Funções Públicas Africanas (OFPA). A Guiné-Bissau assume, atualmente, a Presidência do OFPA para o ano de 2012. Na Sessão de Encerramento, foram destacados como objetivos do OFPA a melhoria da qualidade e eficiência das funções públicas como forma de dinamização transversal de todos os setores do Estado. Foi, igualmente, enaltecida a reestruturação do Observatório resultante desta 8ª Conferência: foram aprovados os Novos Estatutos do OFPA, Regimento Interno e Financeiro e Quadro Lógico, e onde foi também criado um Comité de Peritos e três Direções no Observatório.

Capoeira: formação e cidadania em São Tomé e Príncipe

O projecto da CPLP "Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania em São Tomé e Príncipe" foi lançado no mês de Junho neste Estado-membro da Comunidade. O projecto tem como objetivo geral a promoção da inclusão social, da cidadania e da melhoria da autoestima e da qualidade de vida de jovens e crianças santomenses por meio da disseminação da técnica e dos fundamentos da capoeira.

O projeto pretende, ainda, dar continuidade a ações desenvolvidas numa fase anterior, iniciada em Abril de 2011, e prevê a realização de aulas, oficinas e eventos que objetivam a formação de multiplicadores e sua a profissionalização como capoeiristas, a elevação do nível técnico e teórico no ensino da capoeira, o aperfeiçoamento da capoeira como categoria esportiva e sua utilização como recurso pedagógico, artístico e/ou cultural, fundada em princípios que contribuam para a formação



de valores humanos éticos, baseados no respeito ao próximo e à diversidade, na socialização, e nos princípios de liberdade.

As ações têm a duração de 24 meses e ambicionam despertar uma visão ampla da capoeira, valorizando a cultura, a prática esportiva, o intercâmbio cultural e à integração social. Os beneficiários diretos da iniciativa são os alunos e professores de quatro escolas de capoeira em funcionamento em distritos de São Tomé e Príncipe, esperando-se a adesão e permanência de 400 alunos entre as quatro escolas de capoeira existentes em São Tomé e Príncipe.



Missões de Observação Eleitoral da CPLP

Observação Eleitoral nas Presidenciais de 2012 na Guiné-Bissau

A Missão de Observação Eleitoral (MOE) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) acompanhou a primeira volta das Eleições Presidenciais de 18 de Março, na Guiné-Bissau, numa missão que decorreu entre os dias 12 e 21 de Março. Esta MOE teve o objetivo de acompanhar todo o processo eleitoral à luz de princípios internacionais para a realização de eleições democráticas.

A MOE CPLP foi chefiada por Armindo Cipriano Maurício, deputado da Assembleia Nacional de Cabo Verde. Integraram a MOE CPLP, vinte observadores eleitorais, provenientes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e três deputados em representação da Assembleia Parlamentar da CPLP.

As missões de observação eleitoral da CPLP integram representantes do Secretariado Executivo e dos Estados-membros, à excepção do país onde se realizam as eleições, procurando-se que a sua composição seja heterogénea, incluindo parlamentares, diplomatas, peritos em eleições, universitários, juristas e outros profissionais, de modo a permitir um conhecimento alargado sobre os diferentes tipos de escrutínio e sobre os mecanismos eleitorais.

Os observadores têm como mandato testemunhar o processo eleitoral, o escrutínio e o apuramento dos resultados, competindo à missão emitir parecer sobre a credibilidade do processo eleitoral, em função de critérios relativos à transparência, ao carácter democrático da eleição, à aplicação da lei eleitoral e aos procedimentos exigíveis.

A observação eleitoral, propriamente dita, tem um conjunto de regras básicas de actuação que, para além da observação nas secções eleitorais das condições efectivas de votação, deve incluir o acompanhamento da fase pré-eleitoral, incluindo a campanha eleitoral, e o estabelecimento de contactos junto das instituições encarregues da realização das eleições, de organizações da sociedade civil, com pessoas e organismos das diversas esferas de actividades do país.

A CPLP já detém um património assinalável no domínio da observação eleitoral. As suas missões baseiam-se nos melhores procedimentos, em que o observador eleitoral é descrito como mera testemunha do processo eleitoral, tendo por função observar, anotar e sugerir, não devendo em circunstância alguma mediar o processo eleitoral, sob pena de colocar em risco o princípio de não ingerência.

A CPLP realizou missões de observação eleitoral ao referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste, as eleições para a Assembleia Constituinte e eleições presidenciais em Timor-Leste (Agosto de 1999, Agosto de 2001, Abril de 2002); eleições autárquicas, presidenciais e legislativas em Moçambique (Novembro de 2003 e Dezembro de 2004); Eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau (Março de 2004 e Julho de 2005); eleições legislativas e presidenciais em S. Tomé e Príncipe (Março - Abril e Julho de 2006); 1ª e 2ª volta das eleições parlamentares em Timor-leste (Junho de 2007) e eleições presidenciais em Timor-Leste (Abril de 2007 e Maio de 2007), às eleições presidenciais na Guiné-Bissau (1ª e 2ª voltas, em Julho 2010), às eleições Presidenciais, Legislativas e para as Assembleias Provinciais em Moçambique (2009), às eleições legislativas (Agosto de 2010) e Presidenciais (Julho de 2011) em São Tomé e Príncipe, e às eleições Presidenciais de Timor-leste (primeira volta, em Março, e segunda volta em Abril 2012). •



Missão de Observação Eleitoral da CPLP às Eleições Presidenciais em Timor-Leste

A convite das autoridades timorenses, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) constituiu uma Missão de Observação às eleições presidenciais de 2012, na República Democrática de Timor-Leste.

A Missão esteve presente na 1ª Volta da Eleição, realizada a 17 de Março, e foi reconstituída para a 2ª Volta, a 16 de Abril. Para este efeito, chegou ao país a 12 de Abril e permaneceu até ao dia 20, de modo a acompanhar a campanha eleitoral, a votação e a proclamação dos resultados.

A Missão foi chefiada por Carlos Correia, antigo Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, integrando 11 Observadores Eleitorais oriundos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Entre os Observadores figuraram diplomatas dos Estados-membros e um funcionário do Secretariado Executivo da CPLP.

A Missão desdobrou-se por 42 Sucos, em 16 Subdistritos, nos Distritos de Bobonaru, Covalima, Baucau, Díli, Ermera, Liquiçá e Viqueque, tendo observado o acto eleitoral em 97 Estações de Voto, distribuídas por 53 Centros de Votação, correspondendo a um universo de 123.247 eleitores inscritos.

A MOE destacou com particular satisfação o desempenho dos agentes do STAE nos Centros e Estações de Votação e a participação significativa de mulheres e jovens nos trabalhos, prestando um contributo decisivo para a democracia timorense. Por outro lado, registou-se também o número apreciável de observadores nacionais que acompanharam o acto eleitoral, demonstrando o envolvimento da sociedade civil.

Uma outra MOE da CPLP partiu para Timor-Leste para acompanhar as Eleições Legislativas que decorreram no dia 07 de Julho de 2012. ●



5ª Semana Cultural da CPLP em Lisboa

A CPLP comemorou, entre os dias 5 e 16 de Maio de 2012, a quinta edição da “Semana Cultural da CPLP” em Lisboa, com uma programação dedicada às diversas vertentes da cultura lusófona. Para tal, foram organizadas inúmeras iniciativas que pretendem dar lugar a diversas manifestações culturais relativas aos vários Estados-membros da CPLP, com um forte apelo à participação de todos quantos se identificam com Língua Portuguesa e a Cultura dos povos da Comunidade.

Tendo como pano de fundo Lisboa, uma cidade que representa a comunidade de diversidade que caracteriza os nossos povos, nesta semana assinalou-se o dia 5 de Maio como “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP”, tal como foi fixado pelo Conselho de Ministros da CPLP, em Julho de 2009. Neste dia, em que se comemorou o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, decorreu uma sessão de lançamento de obras de três autores dos Países de Língua Portuguesa seguindo-se a respectiva sessão de autógrafos, no Pavilhão da Câmara Municipal de Lisboa, na Feira do Livro. Neste âmbito, a CPLP marcou ainda presença no último dia da Feira do Livro de Lisboa com uma sessão de lançamento de livros de autores lusófonos residentes em Portugal, entre outros originários dos Estados-membros da CPLP.

No campo da literatura, realça-se também a importante mesa-redonda subordinada ao tema “História e Literaturas de Língua Portuguesa: expressões da diversidade”, uma iniciativa inserida no âmbito da Semana Cultural da CPLP, que decorreu no auditório da APEL, na Feira do Livro, em Lisboa. Esta sessão cultural da CPLP reuniu editores, autores e professores universitários dos Estados-membros, nomeadamente Luis Kandjimbo (Angola), Maria Esther Maciel (Brasil), José Luís Hopffer Almada (Cabo Verde), Leopoldo Amado (Guiné-Bissau), Luís Carlos Patraquim (Moçambique), Mário de Carvalho (Portugal), Armindo silvestre Espírito Santo (S. Tomé e Príncipe) e Luís Costa (Timor-Leste), sendo moderada por Pires Laranjeira.

As comemorações centraram-se em Lisboa, mas os eventos não ficaram cingidos à capital onde a CPLP tem a sua sede. Em outras cidades, comemorou-se a Língua Portuguesa e a



Cultura com igual intensidade: Por exemplo, em Bucareste, no dia 8 de Maio, divulgou-se a CPLP e a sua Cultura, com particular ênfase na vida e obra de Jorge Amado, e, em Nova Iorque, foram exibidos os documentários resultantes da 1ª Edição do DOCTV CPLP. Verificaram-se diversas outras manifestações, merecendo ainda destaque o projeto de publicação da ‘Antologia Literária dos Países de Língua Portuguesa’, apresentado pela Fundação Cultural Palmares em parceria com as Embaixadas dos Estados-membros da CPLP, apresentado pela Embaixada de Portugal em Brasília, no dia 5 de Maio.

Em matéria de Sétima Arte, a terceira edição do FESTin foi apoiada pela CPLP, decorrendo de 9 a 16 de Maio de 2012, no cinema São Jorge, em Lisboa, com o objectivo de fomentar a interculturalidade, a inclusão social e o intercâmbio cultural nos Estados-membros da CPLP.

A Associação Juvenil Conexão Lusófona, organizou, no dia 12 de Maio de 2012, um concerto musical inserido no âmbito das comemorações do Dia da Língua e Cultura na CPLP, no Mercado da Ribeira, em Lisboa. Esta iniciativa trouxe artistas dos Estados-membros da CPLP, designadamente, Sara Tavares, Yuri da Cunha, Susana Félix, Manecas Costa, Júlio Pereira, Tito Paris, Couple Coffee, Luiz Caracol, Aline Frazão, Pierre Aderne, Costa Neto, Tubias Vaiana e Kay Limak. ●



Ministros da Educação incentivam programa CPLP nas escolas



A VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP decorreu no dia 30 de Março, em Luanda.

Os ministros com a tutela da Educação realizaram uma avaliação da aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 e da elaboração dos Vocabulários Nacionais e Vocabulário Ortográfico Comum.

Outro ponto foi a identificação, articulação e dinamização de actividades para avaliação de aprendizagem no Ensino Primário e Secundário, experiências de desenvolvimento do Ensino Técnico Profissional, Formação e Capacitação de professores. Consta ainda, da agenda prevista, um debate sobre as estratégias para o desenvolvimento da geminação escolar.

No âmbito do lema subjacente à Reunião de Ministros da Educação, "Solidariedade na Diversidade", os responsáveis pela tutela decidiram que em relação ao Acordo Ortográfico há a necessidade de se estabelecer formas de cooperação efectiva entre a Língua Portuguesa e as demais línguas em convívio nos Estados-membros da CPLP. Recomendaram assim, recomendaram ao Secretariado Executivo da CPLP que, no âmbito do Acordo Geral de Cooperação no que se refere à defesa e promoção da língua, se formem projectos a serem financiados pelo Fundo Especial da CPLP e/ou, por outros

fundos adstritos ao desenvolvimento da cooperação no âmbito nacional, bilateral e multilateral, com vista à elaboração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais.

Da Declaração Final, destaca-se a incumbência do Secretariado Técnico Permanente (Portugal/ Angola/ Moçambique) em conjunto e com o apoio do Conselho Científico do ILLP e de instituições académicas dos Estados membros, procederam a um diagnóstico relativo aos constrangimentos e estrangulamentos na aplicação do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa de 1990 e às acções conducentes à apresentação de uma proposta de ajustamento do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa de 1990, na sequência da apresentação do referido diagnóstico.

Por outro lado, mostrou-se nesta reunião sectorial que é desejável alargar experiências de cooperação bilateral bem sucedidas a projectos de cooperação multilateral, garantindo-se recursos que viabilizem os referidos projectos e reafirmar o desenvolvimento das competências técnicas e profissionais por via do Ensino Técnico Profissional como ensino de eleição para uma maior empregabilidade, desenvolvimento económico, com conseqüente redução da pobreza nos Estados Membros da CPLP.

Os ministros dos oito Estados-membros querem maior fomento de intercâmbio de boas práticas e informações entre Ins-

tuições dos Estados responsáveis pela avaliação dos respectivos Sistemas Educativos, com vista ao estabelecimento de um mecanismo que viabilize formas de avaliação transversal dos sistemas ao nível da CPLP.

Já no quadro da promoção do conhecimento da CPLP nas escolas, os Estados-membros verificam a existência de constrangimentos no desenvolvimento da geminação electrónica de escolas da CPLP, por existir ainda um défice de conhecimento relativo à CPLP e às realidades históricas e socio-culturais dos seus Estados membros e que os estabelecimentos de ensino podem contribuir para um melhor conhecimento do espaço da CPLP.

O intercâmbio entre escolas dos diferentes Estados-membros da CPLP permite não só um maior conhecimento das realidades dos diferentes países com o desenvolvimento de projectos educativos comuns, de que é exemplo a observação simultânea do próximo trânsito de Vénus de 5/6 de Junho de 2012 em diferentes países.

Para além do estabelecimento de um Programa CPLP nas Escolas, os governantes mostraram-se favoráveis em apoiar as Olimpíadas da Matemática da CPLP, incentivando os seus países a criar as condições para a participação dos jovens nesta iniciativa. ●

Ministros da Cultura preocupam-se com a preservação do Património

Os trabalhos da VIII Reunião de Ministros da Cultura da CPLP decorreram nos dias 2 e 3 de Abril, em Luanda.

Neste encontro ministerial foram abordados vários assuntos como a protecção de direitos autorais e a propriedade intelectual, o combate à pirataria e o reforço da cooperação internacional entre a CPLP e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

Outras decisões saídas desta VIII Reunião, foram o apoio à estruturação de sistemas estatísticos nos Estados-membros da CPLP, visando a recolha de dados sobre as actividades culturais e seu impacto económico e social, e, ainda, o

incentivo aos Estados para dinamizar a celebração do Dia da Língua Portuguesa e das Culturas na CPLP, a 5 de Maio, instituindo a Capital da Cultura, em regime de rotatividade.

Pela primeira vez, a CPLP quer ver instituída a Feira do Livro da Língua Portuguesa e o Festival Cultural da CPLP, havendo a proposta da 1ª Edição ter lugar em Angola.

A Declaração de Luanda contempla ainda o desenvolvimento de um programa de Residências Artísticas que promova a produção e a circulação da criação de autor em todos os domínios das artes e, também, prevê apoiar e potenciar a

implantação do Centro de Formação sobre a Gestão no domínio do Património Cultural em Moçambique.

Os Ministros da Cultura dedicaram especial atenção à sustentabilidade do património, preocupando-se com o incentivo dos Estados-membros para assegurar programas de suporte à identificação, preservação, restauro e protecção do património cultural com vista a sua ligação ao turismo, à biodiversidade e ao ordenamento da paisagem.

O Secretariado Executivo da CPLP esteve representado pelo Diretor para a Ação Cultural e Língua Portuguesa, Luís Kandjimbo. •

CPLP quer reforço da mobilidade no espaço comunitário

Os ministros responsáveis pelas políticas de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, e seus Representantes, reuniram-se nos dias 11 e 12 de Junho de 2012, em Luanda.

Este encontro serviu para debater assuntos relacionados com o reforço da cooperação dos sectores que dirigem, a avaliação do grau de cumprimento

das acções saídas da última reunião de Ministros 2009, a qual apostou nas parcerias no intuito de se estreitarem relações para o conhecimento e troca de informações relativas às políticas de ciência e tecnologia e inovação dos Estados-membros da CPLP. Os ministros pretendem, ainda, incentivar e/ou incrementar a cooperação entre as instituições responsáveis pela criação, avaliação e reconhecimento de graus académicos no espaço comunitário, o

reforço da mobilidade de investigadores, docentes e estudantes dos Estados-membros e maior interacção entre as Instituições de Ensino Superior, Institutos e ou Centros de Investigação científica dos Estados-membros.

O Secretário Executivo da CPLP, Domingo Simões Pereira, fez-se representar na reunião ministerial, pelo Director para a Ação Cultural e Língua Portuguesa, Luís Kandjimbo. •



Museus da CPLP reúnem-se em Lisboa



O correu, nos dias 26 e 27 de Setembro, nas instalações do Museu do Oriente, em Lisboa, o VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa. Tal encontro, que ocorre após 11 anos de intervalo, foi organizado pela Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM na sigla em Inglês), em parceria com a Comissão Nacional Brasileira da mesma entidade e com o apoio da CPLP, da Fundação Oriente e da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA).

O Conselho Internacional de Museus é uma Organização não-governamental criada em 1946 por profissionais da área, e constitui atualmente uma rede de quase 30.000 membros em nível mundial, distribuídos por 117 Comissões Nacionais e 31 Comissões Regionais. Entre suas atribuições e atividades destacam-se a cooperação e o intercâmbio profissionais, a sensibilização e divulgação dos museus, a formação

O VI ENCONTRO DE MUSEUS DE PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AUTORIDADES DOS OITO PAÍSES DA CPLP

profissional, a promoção da ética profissional dos museus e a preservação do património e combate ao tráfico ilícito da propriedade cultural. Esta organização dispõe de estatuto consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU e mantém relações formais com a UNESCO, para cujo programa de museus colabora de forma essencial. Tem sede em Paris, dentro das instalações da UNESCO, onde também se encontra o seu Centro de Documentação.

O VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa contou com a participação de profissionais e autoridades dos oito países da CPLP, bem como de Macau e Goa. Teve

por objetivo sobretudo a troca de informações sobre a realidade de cada um dos países e comunidades de língua portuguesa, bem como o planejamento de atividades comuns. A cooperação, com efeito, foi um dos eixos condutores do encontro, e as Comissões Nacionais de Brasil e Portugal se mostraram dispostas a auxiliar na constituição de Comissões Nacionais nos outros países lusófonos e na formação de profissionais desses países.

O representante do Conselho Internacional do

ICOM, Carlos Roberto Brandão, informou na ocasião que será realizada, no Rio de Janeiro, em 2013, Conferência Internacional do ICOM, em data ainda a ser definida e, paralelamente, o VII Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa.

São auspiciosas as possibilidades de cooperação entre a CPLP e o ICOM. Trata-se de um setor importante para a conservação da memória e do património, possibilitando ao mesmo tempo uma desejada maior interação com a sociedade civil. A cooperação nessa área possibilitaria, ademais, a formação de quadros profissionais museológicos em países altamente necessitados, como é o caso de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. ●





A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa esteve presente no "DocLisboa – Festival Internacional de Cinema"

Considerado o melhor de Portugal na temática, e um dos melhores da Europa, na sua edição de 2011, ao patrocinar o Prémio CPLP para o melhor longa ou média metragem dos países de língua portuguesa, no valor de 2.500 euros. A este prêmio concorreram os

O DOCTVCPLP, CUJA SEGUNDA EDIÇÃO JÁ ESTÁ PREVISTA, VEM TENDO UM PERCURSO DE ÊXITO QUE NÃO SE ESGOTOU NA ATRIBUIÇÃO DE PRÊMIO, PELO PRÓPRIO DOCLISBOA.

seguintes filmes: "30.000 anos", Maya Rosa (Portugal, França, 2011); "A Arca do Éden", Marcelo Félix (Portugal, Brasil, 2011); "Cartas de Angola", Dulce Fernandes (Portugal, Angola, 2011);

DOCTV CPLP no DocLisboa 2011

"A Nossa Forma de Vida", Pedro Filipe Marques (Portugal, 2011); "Orquestra Geração", Filipa Reis e João Miller Guerra (Portugal, 2011); "Yama No Anata", Aya Koretzky (Portugal, 2011); "Diário de uma busca", Flávia Castro (Brasil, França, 2010); "Aterro do Flamengo", Alessandra Bergamaschi (Brasil, 2010); "É na Terra não é na Lua", Gonçalo Tocha (Portugal, 2011). COLOCAR O GANHADOR.

Mas a CPLP também deixou sua marca nesse prestigiado festival ao promover Mostra paralela com os 9 documentários da primeira edição do DOCTVCPLP, no Cinema Londres, no período de 25 a 29 de Outubro. Tal Mostra veio se juntar à que houve recentemente na cidade de Penafiel, por ocasião de festival em homenagem ao escritor Mia Couto, e constou dos seguintes filmes: "Li Ké Terra" de Filipa Reis, João Miller Guerra e Nuno Batista, representando Portugal e "Uma Lulik, de Victor Souza, representando Timor Leste, no dia 25 de Outubro; "Tchioli Identidade de um Povo", de Felisberto Branco, de São Tomé e Príncipe, e "Nos Trilhos Culturais da Angola Contemporânea, de Dias Júnior, de Angola, no dia 26; "Exterior", de Maira Buhler e Matias Mariani, do Brasil, e "Eugênio Tavares, Coração Crioulo, de Júlio Silvão Tavares, de Cabo Verde, no dia 27 de Outubro; "O Rioda Verdade", de Domingos Sanca, da Guiné Bissau, e Timbila e Marimba Chope, de Aldino Languna, de Moçambique, no dia 28 de Outubro; e "O Restaurante", de Fernando Eloy, de Macau, no dia 29 de Outubro.

O DOCTVCPLP, cuja segunda edição já está prevista, vem tendo um percurso de êxito que não se esgotou na atribuição de prêmio, pelo próprio DOCLISBOA, na edição passada, ao do-

cumentário português. Além de passarem recorrentemente nas televisões públicas dos países da Comunidade, os documentários da primeira edição tem despertado o interesse de promotores de festivais culturais, e algumas mostras paralelas estão sendo programadas. Tal interesse comprova a presença sempre crescente da CPLP junto à sociedade civil. Nesse sentido, convém informar que o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que detém os direitos de exibição dos documentários do DOCTVCPLP, está aberto à análise de qualquer solicitação para exibi-los, bastando o interessado entrar em contato. ●





BRASIL... Um destino a pensar em si

No Brasil, o turismo é importante economicamente em várias regiões. Em 2008, o país recebeu mais de 5 milhões de visitantes estrangeiros, sendo o principal destino do mercado turístico internacional na América do Sul e o segundo lugar na América Latina em fluxo de turistas internacionais.

Este turismo caracteriza-se por oferecer tanto ao turista brasileiro quanto ao estrangeiro uma gama diversificada de opções. Destaque-se, nesse sentido, A Amazônia, o litoral nordestino e o Pantanal, no que se refere à riqueza natural, e o turismo histórico em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

No caso do Nordeste, o seu imenso litoral é o principal fator. Com praias belíssimas, muitas intocadas, que são comparadas apenas às do Caribe, e colocam o Nordeste entre as grandes rotas de turismo mundial. Outros grandes destaques em nível nacional e mundial são Fernando de Noronha, com suas maravilhosas paisagens naturais e mar cristalino, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, um paraíso ecológico com 155 mil hectares, e o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, um dos mais importantes sítios arqueológicos do país.



A cultura nordestina é um atrativo à parte para o turista. Em cada estado, há danças e hábitos seculares preservados. As rendas de bilros e a cerâmica figuram entre as formas tradicionais de artesanato da região.

Ainda no âmbito cultural, o Nordeste é a região brasileira que abriga o maior número de Patrimônios Culturais da Humanidade, título concedido pela UNESCO. Alguns exemplos são Olinda, em Pernambuco, São Luís, no Maranhão e Salvador, na Bahia.

Merece destaque, nesse quadro, o turismo em Pernambuco,



Fernando de Noronha
Um dos maiores polos turísticos do país

que oferece diversas atrações históricas, naturais e culturais, como a feira de Caruaru, o arquipélago de Fernando de Noronha, Patrimônio Natural da Humanidade, com suas 16 praias, e as cidades históricas de Olinda, Goiana e Igarassu. Nesta última, por exemplo, está a igreja católica mais antiga do país, construída em 1535.

O litoral de Pernambuco tem cerca de 187 km de extensão, entre praias e falésias, zonas urbanas e locais praticamente intocados. Pernambuco oferece dez rotas de turismo que vão do litoral ao interior, que visam explorar os principais pontos turísticos de cada região do estado. O litoral sul, que tem cerca de 110 km de praias totalmente protegidas por corais, formando piscinas naturais de águas mornas, é famoso por diversas praias conhecidas nacional e internacionalmente, como Porto de Galinhas. Atualmente o litoral sul vive uma fase de progresso franco e rápido. Só na praia de Muro Alto, localizada no município de Ipojuca, foram investidos mais de 35 milhões de euros pela iniciativa privada para a construção de resorts de nível internacional, aptos a receber hóspedes de todos os países.

Exemplo desse sucesso é a praia mais famosa do litoral sul, Porto de Galinhas, que ajuda a duplicar a população do município de Ipojuca todo verão. Os 80 mil habitantes do município desfrutam de 10 mil vagas de trabalho, diretas e indiretas, provenientes exclusivamente do turismo, ultrapassando a capacidade máxima de 7 mil postos oferecidos pelo secular trabalho nos latifúndios de cana-de-açúcar.

O litoral norte é mais densamente habitado do que o litoral sul, quase urbanizado por completo desde a região metropolitana do Recife até a divisa com a Paraíba. Tem um dos sítios históricos mais importantes da região, com os municípios de Olinda, Igarassu e Goiana, que começaram a ser povoados em 1508. ●



OLINDA

Olinda é uma das mais bem preservadas cidades coloniais do Brasil. O Centro Histórico de Olinda foi declarado, em 1980, Monumento Nacional, pelo Congresso Nacional, e, em 1982, reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO.



Pelourinho, Salvador da Bahia



O Olhar do Alfaiate Lisboaeta sobre os cidadãos da CPLP*



O Alfaiate Lisboaeta nasceu de um desejo. José Cabral, lisboeta, bancário, tinha vontade de ter um projecto que o levasse a imaginários diferentes daqueles que a sua ocupação profissional lhe proporcionava.

Em Janeiro de 2009 começou a fotografar pessoas na rua e a publicar essas imagens no seu blogue pessoal. Diz que quando começou “não poderia prever que um simples blogue pudesse ter mudado a sua vida”. Mas mudou. Desde páginas do seu blogue no diário internacional *Metro* ao site da *Vogue Portugal*, passando por colaborações com multinacionais como a Sonae Sierra, Nike ou H&M, presenças no *New York Mag* ou uma página na *Revista* do jornal *Expresso*. Em Novembro último, recebeu um *Fashion TV Award* para a Melhor Comunicação Digital e, já em Março deste ano, assinou a primeira campanha institucional assinada por um blogue em todo o mundo: “Lisboa somos nós” para a Câmara Municipal de Lisboa.

“Tinha vontade de iniciar um projecto pessoal que me proporcionasse uma experiência diferente daquela que era a

minha realidade profissional. Até que um dia um amigo me mostrou publicações internacionais nas quais os seus autores publicavam fotografias de pessoas cuja forma de vestir admiravam. Achei o conceito interessantíssimo e democratizante e ocorreu-me que me poderia divertir imenso a concretizá-lo por Lisboa. Aos poucos, essa concepção genérica de blogue de estilo de rua e o meu gosto por crónicas acabaram por dar origem àquela que é hoje a identidade de *O Alfaiate Lisboaeta*.” diz o autor quando se lhe pergunta como tudo começou. Mas percebe-se que este homem não se move apenas por estímulos estéticos. É claro que é da sua relação estreita com a sua língua que se vivem os momentos mais intensos da sua publicação. As suas crónicas ilustram uma Lisboa e um mundo mais humano. E neste sentido, a descontração com que usa a língua portuguesa acaba por o distanciar dos outros blogues relacionados com a moda aproximando-o e posicionando-o

*Colaboração do Alfaiate Lisboeta no âmbito da Semana Cultural da CPLP.



Legenda das fotos:

1 – Kalaf, de Benguela para o Mundo | 2 – A Anna e o seu flower power carioca
3 – Lisandro, caboverdiano de sorriso e estilo sóbrio | 4 – Eurizanda, o encanto e o charme da Guiné-Bissau | 5 – Iracema, a beleza de Moçambique | 6 – Ayres, o alfaiate portuense que abraçou o mundo | 7 – Maida, a alegria de São Tomé
8 – Estilo das irmãs timorenses na calçada lisboeta.

Conhecendo o trabalho de José Cabral a CPLP lançou-lhe o desafio por ocasião do seu 15º aniversário: retratar pessoas oriundas de cada um dos países membros da CPLP.

num registo mais introspectivo e sociológico. E é precisamente esse o enquadramento que podemos encontrar no livro homónimo do blogue, publicado em conjunto com a Oficina do Livro, em Abril passado.

Conhecendo o trabalho de José Cabral a CPLP lançou-lhe o desafio por ocasião do seu 15º aniversário: retratar pessoas oriundas de cada um dos países membros da CPLP. Retratar

cada um deles promovendo uma visão jovem e urbana de cada um destes países e povos. José Cabral acabou por fazer todos estes retratos na área metropolitana de Lisboa com excepção, curiosamente, do representante português, cuja escolha recaiu sobre um retrato dum portuense em Nova Iorque. E é precisamente esse o mote para o seu texto dedicado à CPLP. É a língua enquanto factor de aproximação. A língua que o aproximou desse português que conheceu em Londres e, mais tarde, reencontrou em Nova Iorque. A língua portuguesa que o aproximou de todos os protagonistas desta acção levada a cabo entre este jovem de 32 anos e a CPLP. O autor é peremptório quando questionado sobre o tema do seu blogue. Afirma que “Mais que uma página de estilo *O Alfaiate Lisboeta* é, essencialmente, uma publicação sobre pessoas. Sobre pessoas e suas cidades porque ao retratar gente estou também a retratar uma certa visão das urbes e dos seus espaços”. E insiste que tudo o que conseguiu o deve às pessoas que se deixaram fotografar por ele num momento singular de partilha. À partilha de todos aqueles que acreditaram naquele (cada vez menos) estranho que os abordou e aceitaram ser fotografados por ele. Porque *O Alfaiate Lisboeta* não é mais que um somatório de centenas e centenas de momentos destes. Uma página de pessoas para pessoas. Para todos. Em particular para os que amam a sua língua porque, não obstante ter também versões em castelhano, inglês e chinês, é para os que amam o português que ele escreve. Caro leitor. Tudo isto a confirmar aqui, neste endereço: www.oalfaiatelisboeta.com. ●



IILP celebra protocolo de cooperação com a Guiné Equatorial



O Governo da Guiné Equatorial e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) firmaram no dia 7 de Fevereiro de 2012, o Protocolo de Cooperação no domínio do desenvolvimento de acções de promoção da Língua Portuguesa, à margem do Colóquio “CPLP – Uma Oportunidade Histórica”.

Este protocolo de cooperação teve por objectivo o estabelecimento de formas de colaboração entre o IILP e o Governo da Guiné Equatorial com vista a desenvolver acções de promoção da Língua Portuguesa, incluindo geração de insusmos para o desenvolvimento de legislação na área, planificação da educação linguística, formação de quadros funcionais para actuar com a Língua Portuguesa ao nível de governo, e de professores para os diferentes contextos educativos previstos na lei. Está também contemplado o desenvolvimento de pesquisas e projetos envolvendo a Língua Portuguesa no contexto do plurilinguismo do país.

Em representação das respectivas instituições estiveram presentes o ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Equatorial, Pastor Micha e o Director-Executivo do IILP, Gilvan Müller de Oliveira.

II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA MUNDIAL EM PREPARAÇÃO

A VII Reunião Ordinária do Conselho Científico do Instituto Internacional de Língua Portuguesa realizou-se na Sede do IILP, de 29 a 31 de Maio, na cidade da Praia, Cabo Verde.

Durante o encontro, o Conselho Científico do IILP contou com a presença de uma delegação da Guiné Equatorial que se deslocou à Cidade da Praia para debater com esta instituição as modalidades de desenvolvimento da cooperação prevista no Protocolo de Cooperação entre a Guiné Equatorial e o IILP, assinado em Lisboa, a 7 de fevereiro de

2012 e num dos pontos da agenda foi marcada pela eleição da nova Presidente do Conselho Científico, cuja candidatura foi apresentada por Cabo Verde.

O Secretariado Executivo da CPLP esteve representado pelo Director de Acção Cultural e Língua Portuguesa, Luis Kandjimbo.

IILP EM SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS

I Colóquio Internacional “A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital”.

O IILP organizou o I Colóquio Internacional subordinado ao tema “A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital”, que decorreu de 24 a 26 de Abril de 2012, em Fortaleza, Redenção e Guarimiranga, Ceará, Brasil.

Esta iniciativa obteve a parceria da UNILAB, do Ministério da Educação do Brasil, do Itamaraty e do Conselho Nacional de Educação do Brasil.

Este é o terceiro colóquio internacional organizado pelo IILP, um dos eventos preparatórios à IIª Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, que será realizada em Lisboa, com transmissão directa pela internet, possibilitando aos internautas o acompanhamento e a respectiva participação nos debates.

IILP na Transatlantics 2012

O Director Executivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), Gilvan Müller de Oliveira, interveio na “Transatlantics 2012 – 14ª Conferência Anual de Literatura Comparada da Universidade da Carolina do Sul”, de 22 a 24 de Março, neste estabelecimento de ensino superior.

A alocução de Gilvan Müller de Oliveira recaiu sobre o título “Um Atlântico expandido: a aventura do português nas políticas de Língua do Séc. XXI”. •

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa inaugura nova Sede em Lisboa



A Sessão Solene de Inauguração da sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorreu no dia 6 de Fevereiro de 2012, com a presença de S. Exa. o Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, e em representação da Presidência pro tempore da CPLP, o Vice-Presidente da República de Angola, Fernando Dias da Piedade dos Santos.

Esta cerimónia contou ainda com a presença de altas personalidades dos Estados-membros da CPLP, nomeadamente membros de Governo, e do Corpo Diplomático acreditado junto da CPLP, entre outros convidados.

No âmbito das comemorações da inauguração da nova Sede da CPLP, o Secretariado Executivo da CPLP organizou no dia 3 de Fevereiro o espectáculo musical “Música na Diversidade”, na Aula Magna de Lisboa, dando um destaque à diversidade cultural dos povos que compõem a Comunidade.

No palco da Aula Magna actuaram dois artistas ou grupos dos oito Estados-

membros, nomeadamente Pérola e Belmiro Carlos, de Angola, Luanda Cozetti e Maria Dapaz, do Brasil, Tito Paris e DjóDji, de Cabo Verde, Eneida Marta e Sambalá Canuté, da Guiné-Bissau, Vânia Oliveira e Otis, de Moçambique, Vitorino e Janita Salomé, de Portugal, Kalú Mendes e João Seria, de São Tomé e Príncipe e o grupo Bei Gua e Francisco Carrascalão, de Timor-Leste.

O encerramento das comemorações teve lugar no dia 7 de Fevereiro contando com a realização do colóquio “CPLP - Uma Oportunidade Histórica”, decorrido no hotel Ritz, em Lisboa. O Secretariado Executivo convidou para participar nesta iniciativa alguns antigos e ex-Chefes de Estado dos países da CPLP que estiveram envolvidos na criação da Organização, nomeadamente, Pedro Pires, Joaquim Chissano, Jorge Sampaio e Mário Soares. O Colóquio foi ainda moderado por Jaime Gama, e a intervenção final esteve a cargo do Representante da Presidência em Exercício, o Vice-Presidente da República de Angola, Fernando Dias da Piedade dos Santos, contando com uma audiência de cerca de duas centenas de convidados.

No mesmo dia, foi organizado um jantar de gala no Casino Estoril, onde foi realizada a cerimónia de entrega do Prémio Fernão Mendes Pinto, da Associação de Universidades de Língua Portuguesa e de placas comemorativas do 15º Aniversário da CPLP, homenageando algumas personalidades que se destacaram na promoção dos desígnios da Organização. •





Momentos da nova Sede





Palácio do Conde de Penafiel

Situado nas encostas do Castelo, o Palácio do Conde de Penafiel é uma construção imponente que data do primeiro quartel do século XVIII. Ocupa todo o quarteirão compreendido entre as Ruas de S. Mamede ao Caldas, das Pedras Negras, Calçada do Correo Velho e Travessa do Almada.

O núcleo primitivo da construção do Palácio era o edifício onde se encontrava instalado o “correio-mor”, depois chamado “Correio Geral do Reino”.

O ofício, ou cargo, de “correio-mor” foi criado por D. Manuel em 1520 e confirmado por D. João III.

Tendo vagado em 1606 o ofício de “correio-mor” foi comprado por Luís Gomes de Elvas para si e seus descendentes. Este novo proprietário trocara, entretanto, o apelido “Elvas” pelo de “da Mata” por ser igualmente dono da Quinta da Mata, em Loures, ainda hoje conhecida por Quinta do Correio-Mor.

Em 1797, por iniciativa do Ministro de D. Maria I, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, aquele cargo foi extinto e incorporado na coroa em 1799.

Foram então dadas ao 8º e último Correio-Mor, Manuel José da Mata de Sousa Coutinho (porventura parente do Ministro, várias compensações, nomeadamente o título de Conde de Penafiel, que recebeu em Dezembro de 1798.

As obras de ampliação, de beneficiação e de embelezamento do Palácio ficaram a dever-se ap 1º Conde de Penafiel e a seu genro, António José de Sousa Gomes, diplomata brasileiro, filho de portugueses, que viria a tornar-se 2º Conde e 1º Marquês de Penafiel.



SALÃO DOURADO

A assinatura pública do protocolo de cedência e aceitação do Palácio Conde de Penafiel para a instalação da Sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi celebrado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e a CPLP, a 16 de Setembro de 2011.

Durante quase uma década (1865-1873) o Palácio Penafiel constituiu um dos centros da vida faustosa e aristocrática da Lisboa de então.

Em Dezembro de 1875, os Condes-Marqueses de Penafiel foram residir para Paris e o valioso recheio do Palácio foi vendido.

O imóvel, nas suas várias alas, entrou em regime de aluguer.

Em 1904 aí se instalou a Legação de Espanha. Mais tarde, em 1919, o Estado Português adquiriu todo o vasto edifício ao 3º e último Conde e 2º Marquês de Penafiel, Manuel António da Serra Freire Gomes da Mata de Sousa Coutinho.

O Palácio tem sido utilizado, desde 1994, para funcionamento de gabinetes ministeriais e aí funcionava o Ministério das Obras Públicas.

É este edifício, situado numa zona nobre de Lisboa, com amplas espaços dotados de todos os requisitos tecnológicos e preparado para responder a todas as necessidades e à expansão previsível da organização, que o Estado português colocou à disposição da CPLP para aí instalar a sua Sede. ●





Maputo, 13 a 20 Julho de 2012

IX



Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

*“A CPLP e os Desafios de Segurança
Alimentar e Nutricional”*

XXIV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC)
13 a 14 de Julho 2012

Actividades de carácter cultural para assinalar
os 16 anos da criação da CPLP
15 de Julho

Reunião do Grupo Técnico (GT) de preparação
do 155º do Comité de Concertação Permanente (CCP)
16 de Julho

155ª Reunião do Comité de Concertação Permanente (CCP)
17 de Julho

Seminário Empresarial
18 de Julho

XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (CM)
19 de Julho

IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo (CEEG)
20 de Julho